



## Índice

- 01** MPMS recomenda aos cartórios o cumprimento de Resolução que garante a emissão de registro de nascimento a indígenas
- 02** Governo desiste de hidrelétricas na Amazônia [falta cair São Luiz do Tapajós!]
- 03** As casas subterrâneas Kaingang
- 04** Nota Pública do CIMI Norte I sobre Saúde Indígena
- 05** MPF quer garantir aos Guarani Mbya direito a Educação
- 06** MP quer garantia de acesso à saúde para indígenas no Pará
- 07** Exposição resgata patrimônio linguístico indígena da América Latina
- 08** Médico paulista ajuda bebê cardiopata internada no HGE
- 09** União não pode determinar pagamento de arrendamento ocupado por índios
- 10** Dilma reduz estrutura da Funai e tem menor demarcação de terras desde 1985
- 11** Xerentes disputam torneio em busca de talentos para os Jogos Indígenas
- 12** Superintendência passa por reestruturação para ganhar mais força
- 13** Tensão: Índios Tenharim Acusados De Matar Três Homens Em Humaitá Saem Da Prisão
- 14** No Tapajós, ninguém ouve os ribeirinhos
- 15** Campanha nacional contra o uso de agrotóxicos promoverá seminário em Mato



Grosso

- 16** Petistas defendem 'fortalecimento' e reivindicam comando do órgão
- 17** Efeitos da demarcação
- 18** Dos 20 territórios quilombolas titulados em 2014, nenhum é no ES
- 19** Cruzeiro do Sul amplia frota de barcos para atender ribeirinhos
- 20** CIR: "O bode no circo da Saúde Indígena"
- 21** Vozes Indígenas, sobre povos ameaçados de extinção, será o projeto da América Latina na 56ª Bienal de Veneza
- 22** Quilombolas destacam ajuda do governo na conquista de direitos
- 23** DPU pede que Incra acelere delimitação de território quilombola na Bahia
- 24** Rios de RO transbordam novamente e moradores têm que deixar casas
- 25** Polêmica sobre 'marco da biodiversidade' continua no Senado
- 26** Ministério Público pede agilidade na adoção de indígenas em MS
- 27** Nota de apoio ao povo Kayapó mobilizado em Mato Grosso por melhorias na saúde indígena
- 28** SBPC manifesta ressalvas ao PL 7735/2014
- 29** O pescador sem rio e sem letras



**MPMS recomenda aos cartórios o cumprimento de Resolução que garante a emissão de registro de nascimento a indígenas**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.02.2015

*O documento é facultativo aos índios, porém, indispensável para o pleno exercício dos direitos e garantias fundamentais*

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul por meio da Promotoria de Justiça da Cidadania de Amambaí/MS e na curadoria dos registros públicos, expediu recomendação aos Cartórios de Registro Civil dos municípios de Amambai e Coronel Sapucaia. O objetivo é de assegurar o cumprimento das determinações contidas na Resolução Conjunta nº 3, de março de 2012, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça e do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, na confecção do Registro Civil de Nascimento, de pessoas indígenas. O documento é facultativo aos índios, porém, indispensável para o pleno exercício dos direitos e garantias fundamentais.

O Promotor de Justiça Luiz Eduardo Sant'Anna Pinheiro, titular da 2ª Promotoria de Justiça, informou que ao manifestar-se em processos judiciais destinados ao registro tardio de indígenas, notou que os cartórios de registro de nascimento dos municípios de Amambai e Coronel Sapucaia, estariam criando óbices injustificados para confecção do documento. Ao assim proceder, atuaram em desrespeito as orientações normativas que tratam do assunto, em especial, a legislação sul-mato-grossense, pioneira em disciplinar o tema com a edição do Provimento 18, que inseriu o artigo 624-A, no Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça, para garantia do registro civil de indígenas, direto nas serventias extrajudiciais do Estado.

Na região, verificou-se que os tabeliães estariam fazendo exigências além do previsto, tais como apresentação de Declaração de Nascido Vivo (DNV), documento emitido por hospital, e, no caso em particular que deflagrou a instauração de Inquérito Civil no âmbito da Promotoria de Justiça, foi negado o registro civil a uma indígena que portava inclusive o RANI, registro de nascimento administrativo emitido pela autarquia indigenista (FUNAI).

À vista dessas e outras exigências, o Ministério Público do Estado recomendou que os cartórios acatassem o RANI como documento apto para realização do registro civil de indígenas, conforme disposto em Lei Federal ( Lei nº 6.001/73), e ainda, que não vinculasse o registro de nascimento de pessoas indígenas, à apresentação de DNV, ou outro tipo de documento que a lei não predisponha.

Integram o município de Amambaí as Aldeias Amambai, Limão Verde e Jaguary, e o município de Coronel Sapucaia, as Aldeias Taguapery e Sete Serros, somando o total de, pelo menos, 10 mil indígenas.

CONT.



O Ministério Público concedeu aos cartórios destinatários, o prazo de 15 dias, para manifestarem expressamente a anuência aos termos da recomendação.

Visando garantir o cumprimento da lei, para conhecimento da recomendação, o Promotor de Justiça encaminhou ofício, entre outros, aos Juízes atuantes da comarca, responsáveis pela fiscalização dos serviços notariais, e à Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça de MS, solicitando apoio para que todos os Cartórios de todo o Estado cumpram o disposto na Resolução 03/2013 CNMP/CNJ.

A recomendação também foi encaminhada ao Ministério Público Federal, para conhecimento e providências, caso vislumbre ofensa de direitos da comunidade indígena.

**Governo desiste de hidrelétricas na Amazônia [falta cair São Luiz do Tapajós!]**  
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 15.02.2015



Estadão/R7

O perfil das usinas cadastradas para o próximo leilão de energia, marcado para 30 de abril, reflete a crescente dependência da geração térmica para suprir a demanda nacional. E também escancara uma realidade que atormenta o governo e o planejamento do setor elétrico: a incapacidade de licitar grandes projetos hidrelétricos na Amazônia.

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) recebeu inscrições de 91 projetos de novas usinas para o leilão conhecido como "A-5", modalidade usada para contratar empreendimentos que entrarão em operação daqui a cinco anos. Desse total, apenas sete são hidrelétricas – nenhuma delas na Amazônia.

Anualmente, a EPE prepara o chamado Plano Decenal de Energia, documento que lista os projetos de energia que deverão entrar em operação nos próximos dez anos. Até dois anos atrás, o planejamento previa pelo menos sete grandes hidrelétricas para a Amazônia, empreendimentos que ultrapassam 13 mil MW de potência e tinham previsão de serem viabilizados até 2020. No plano decenal deste ano, restou apenas uma dessas usinas na lista, a hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, no Rio Tapajós. Sem licença ambiental, São Luiz ficou de fora do leilão de abril.

CONT.



“Colocamos no leilão os projetos que têm condições de realmente participar do leilão, apesar de só Itaocara ter licença neste momento”, disse o presidente da EPE, Maurício Tolmasquim, à reportagem.

“Estamos entrando com outras fontes. Temos visto que as usinas térmicas são importantes para compensar as outras fontes variáveis, como eólica, solar e a própria hídrica. O importante é que o suprimento não será afetado. Vamos diversificar mais a matriz elétrica, mas o abastecimento está garantido”, acrescentou.

O leilão “A-5” é o que tem o maior prazo para construção, usado justamente para viabilizar obras complexas e de grande porte. Não é o que se vê na lista dos projetos hidrelétricos que pediram habilitação à EPE.

Muito longe da Amazônia, é no Paraná que se concentram quatro candidatas ao leilão: as hidrelétricas de Apertados e Ercilândia, no Rio Piquiri; e de Telêmaco Borba e Tibagi Montante, no Rio Tibagi. As outras três usinas estão previstas para Minas Gerais (Davinópolis), Tocantins (Perdida 2) e Rio de Janeiro (Itaocara).

Para complicar ainda mais a situação, apenas o projeto fluminense de Itaocara tem, neste momento, licença prévia ambiental – documento obrigatório para qualquer hidrelétrica que queira participar de um leilão de energia. A menos de três meses para a realização da concorrência, são pequenas, portanto, as possibilidades de esses projetos estarem prontos a tempo de entrar no leilão.

A frustração da geração hidrelétrica fica ainda mais evidente quando verificada a potência total oferecida por esses empreendimentos. Se as sete usinas fossem contratadas em abril – hipótese difícil de ocorrer -, o leilão somaria apenas 649 megawatts (MW) de geração hidrelétrica.

Isso é praticamente a potência de uma única turbina de Belo Monte, a mega-hidrelétrica em construção no Rio Xingu, no Pará, no coração da Amazônia. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Foto: Detalhe das corredeiras São Luiz do Tapajós. Fonte: [www.gazetadesantarem.com.br](http://www.gazetadesantarem.com.br)



### **As casas subterrâneas Kaingang**

SÍTIO CEDEFES, 15.02.2015

O geógrafo Sandoval dos Santos Amparo lançou nesta semana, no Espaço Multifoco, no Rio de Janeiro, "Sobre a organização espacial dos Kaingáng, uma sociedade indígena Jê Meridional", seu primeiro livro que nos traz um estudo histórico e sensível da extinta moradia da etnia: as casas subterrâneas nas quais eles habitaram, até o século 19, em territórios ocupados desde o sul do rio Tietê, em São Paulo, até o rio Ijuí no norte do Rio Grande do Sul.

O livro é resultado da dissertação de mestrado em arquitetura e urbanismo de Sandoval Amparo pela UnB (Universidade de Brasília) entre os anos de 2008 a 2010. Ele é também servidor da Funai (Fundação Nacional do Índio) desde 2004.

Na Amazônia, Sandoval Amparo trabalhou com as populações indígenas do rio Madeira de 2011 a 2013. Ele desenvolveu atividades de fiscalização de terras indígenas, proteção ao patrimônio cultura e elaborou mapas dos povos Coordenação da Funai em Humaitá, que fica no Sul do Amazonas, divisa com Rondônia.

Com índios Tenharim, que vivem no entorno da BR 230, a Transamazônica, o geógrafo foi o diretor artístico do CD "Morongitá: Cantos e Estórias do Povo Tenharim-Kagwahiva", um dos frutos de sua participação na organização do Mbotawa 2013, que é o principal ritual da etnia com cerimônias de casamentos, cantos e danças tradicionais.

No final de 2013, Sandoval Amparo se afastou da Coordenação da Funai de Humaitá em função dos conflitos que ocorreram na região envolvendo os Tenharim. A violência do episódio foi traumática para o geógrafo e lhe obrigou a pedir transferência para o Museu do Índio, no Rio de Janeiro, onde pretende cursar o doutorado em Geografia na UFF (Universidade Federal Fluminense). Entretanto, o processo de transferência ainda depende da deliberação na Presidência da Funai. Leia o depoimento dele sobre o conflito com os Tenharim.

Autor encontrou os Kaingáng à beira de estrada

Em entrevista à reportagem da agência Amazônia Real, Sandoval Amparo, 33 anos, disse que seu primeiro encontro com os Kaingáng aconteceu pelo trabalho de geógrafo da Funai, quando fez uma visita em abril de 2005 à aldeia Votouro, no norte do Rio Grande do Sul.

"Foi bastante difícil encontrar os índios situados em acampamentos à beira de estradas regionais. As crianças expostas ao frio e tudo mais. O encontro com os índios foi bastante positivo e fiquei feliz em contribuir como 'ambientalista' para a realização dos estudos de demarcação. Infelizmente o processo pouco avançou apesar da minha contribuição e dos

CONT.



demais profissionais envolvidos. É uma medida política. Os conflitos só aumentaram na região”, disse.

Falantes do tronco linguístico Jê, os Kaingáng vivem hoje em 38 terras indígenas fragmentadas, muitas delas ainda não demarcadas, entre os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A população é a terceira maior de indígenas do país. Em 2010 eram 37.470 pessoas, segundo o Censo de IBGE.

No livro “Sobre a organização espacial dos Kaingáng, uma sociedade indígena Jê Meridional”, Sandoval Amparo descreve que há mais de 2.500 anos, os Kaingáng desenvolveram amplo domínio territorial e construíram casas subterrâneas para se abrigarem do frio e dos fortes ventos da região.

Essas moradias se constituíram uma das principais referências do grupo, que hoje resiste a invasão de seus territórios por fazendas de grãos, sobretudo trigo, milho e soja, numa das regiões mais produtivas do agronegócio brasileiro, onde ainda lutam pela demarcação de terras.

De acordo com os estudos realizados nos sítios arqueológicos encontrados nas terras Kaingáng, as casas subterrâneas eram construídas pelos indígenas em formas cônicas e circulares, cobertas por palhas, sempre em interflúvios dos grandes rios e em áreas de planaltos com altitude entre 400 m e 1.200 m, longe dos perigos de inundação.

As moradias tinham de 1 m a 2 m de profundidade e diâmetro que variava entre 5 m e 10 m. “A datação provável das habitações subterrâneas indica que tenham predominado na região dos séculos 4 ao 18, quando já são referidos por cronistas e etnógrafos novos registros de habitações”, diz o autor.

#### Casas subterrâneas desapareceram no século 19

Sandoval Amparo afirma que este estilo de moradia foi abandonado pelos indígenas Kaingáng durante o século 19, data dos últimos registros de ocupação das casas subterrâneas. O desaparecimento das moradias coincide com o período, segundo o estudo, da política de colonização da região por imigrantes europeus.

Daí, os indígenas passaram a morar em palhoças e depois em casas similares aos postos indígenas da Funai, isto é, habitações de madeira com telhas de barro ou amianto.

As principais perdas materiais identificadas a partir deste período (da colonização europeia) são o desaparecimento da moradia subterrânea (ou de sua utilização pelos índios) e o abandono da produção cerâmica, ambos diretamente associados à ação colonizadora, que trouxe novos padrões de alimentação e moradia”, diz o geógrafo.

CONT.



Segundo Amparo, apesar dessas perdas, muitas características ancestrais foram mantidas pelos Kaingáng. "Entre elas, a importância do pinhão e do milho na dieta alimentar, o sistema de cacicado associado a territórios específicos, delimitados pelos bosques de araucária (Araucária Angustifolia) que eram manejados e marcados com grafismos característicos dos diferentes caciques, e, principalmente, a organização espacial e os sítios escolhidos para construção dos assentamentos e moradias, sempre localizados nos platôs que formam os interflúvios dos grandes rios do planalto meridional", diz.

Amparo relata também que os indígenas passaram a morar em casas chamadas de palhoças, semelhantes às que habitavam os parentes Jê do Brasil central e setentrional (norte). Neste período, segundo ele, muitos indígenas foram acometidos por gripes e outras doenças, levando a decréscimo populacional, restando os Kaingáng socialmente fragilizados. "No início do século 20 passaram a adotar residências similares aos dos postos da Funai ou arquiteturas similares à arquitetura regional", diz.

Para o geógrafo, a moradia similar ao posto da Funai foi imposta aos Kaingáng sem a preocupação com seus aspectos culturais. "Assim as mesmas afetavam o espaço familiar dos indígenas, geralmente marcado pela contiguidade entre os ambientes, sem divisórias, enquanto a arquitetura indigenista impunha espaços restritos e divididos", diz.

#### A influência do indigenismo

Sandoval Amparo afirma que o próprio Posto Indígena passou a exercer uma função de controle e a figurar como elemento ordenador da organização dos assentamentos, impondo aos Kaingáng uma nova lógica espacial.

"Em seguida observa-se a restrição territorial, com a restrição da principal característica dos indígenas (a mobilidade), com base na instalação de um clima de ameaças, medo e insegurança. Por outro lado, a arquitetura indigenista foi crucial para a sobrevivência dos Kaingáng, já que mesmo sem um local para o fogo, possibilitava melhor abrigo do que as palhoças", diz o autor.

O autor afirma que a escala de tempo dos índios é muito longa para ser compreendida pelos indigenistas que, segundo ele, geralmente têm perfil pragmático.

"Durante mais de 50 anos, no século 20, os Kaingáng e os índios em geral foram compelidos ao 'uso produtivo da terra', segundo os moldes impostos pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), numa espécie de legitimação da área que lhes havia sido demarcada e que desde sempre, tem sido objeto de contestação por parte de segmentos conservadores da sociedade", diz Amparo.

"Hoje, o paradigma mudou do 'uso produtivo' para a 'preservação' ambiental e cultural. Com isso, várias gerações de indígenas passam a ser vistos como vilões por apresentarem

CONT.



dificuldade de abandonar as práticas ligadas ao paradigma anterior, cujas formas espaciais continuam operantes, por meio das rugosidades”, completa o geógrafo.

O Serviço de Proteção ao Índio (SPI), fundado em 1910, foi o antigo órgão indigenista do governo federal, substituído em 1967 pela Funai. A política da SPI era “localizar” os indígenas e transformá-los em “civilizados”.

### Mobilidade e rugosidade

Editorado pela Multifoco, o livro “Sobre a organização espacial dos Kaingáng, uma sociedade indígena Jê Meridional” recebeu texto de apresentação dos antropólogos e professores da Universidade Federal de Tocantins, André Demarchi e Suiá Omin. Eles dizem que no livro, Sandoval Amparo talhou dois conceitos, mobilidade e rugosidade (conceito que Milton Santos expropria da geomorfologia para uso em Geografia humana), afim de traçar um mapa histórico, arqueológico e etnográfico das transformações do habitar dos Kaingáng.

Para os antropólogos, a mobilidade e rugosidade da organização espacial Kaingáng podem ser entendidas não apenas como uma forma específica de deslocamento no espaço social, mas também como formas de pensamento, resistência e ação. “Mesmo confinados em suas reservas indígenas, resiste entre os Kaingáng uma mobilidade sócio-cosmológica”, dizem.

“Sandoval Amparo nos faz compreender a dura história de resistência desse povo diante da investida colonial e de seus desdobramentos nos últimos três séculos, culminando com o atual e contemporâneo modelo de colonialismo do agronegócio capitalista”, afirmam Demarchi e Omin.

Já o professor Antonio Carlos Carpintero, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, que orientou Sandoval Amparo durante seu período acadêmico, destaca no prefácio do livro, que “Milton Santos suporta teoricamente a compreensão do espaço. Amparo trabalha as três escalas do espaço Kaingáng: o território, das roças, caçadas e migrações; o espaço da aldeia (comunitário) e o espaço doméstico, familiar, que erige o conjunto de relações sociais no universo indígena. E o faz comparando suas formas originais e as assimiladas da cultura europeia erigida em universal. É, portanto, crítico.”

Carpintero conta ainda no prefácio como aceitou orientar o autor do estudo sobre as moradias dos Kaingáng. “Sandoval Amparo então um jovem geógrafo entusiasmado, me aparece, em 2007, em uma Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, à procura de um orientador para um projeto de mestrado. O aceite imediato resultou de sua ousadia suportada por uma inteligência fina. A evolução foi rápida só limitada pelos prazos e exigências acadêmicas. O resultado aí está”.

\* Encontre o livro “Sobre a organização espacial dos Kaingáng, uma sociedade indígena Jê Meridional” no site da Editora Multifoco.

Fonte: Amazônia Real.



**Nota Pública do CIMI Norte I sobre Saúde Indígena**  
SÍTIO CEDEFES, 15.02.2015

O Conselho Indigenista Missionário – CIMI Regional Norte I, Amazonas/Roraima, reunido na XXXV Assembleia Regional nos dias 07, 08 e 09 de Fevereiro de 2015 na cidade de Boa Vista-Roraima, frente às difamações que vêm sendo difundidas junto às comunidades/aldeias indígenas onde os missionários/as do CIMI atuam, quer esclarecer:

O CIMI há mais de 40 anos vem atuando na defesa e promoção dos direitos dos povos indígenas, no fortalecimento das suas organizações e comunidades e na promoção de sua autonomia e protagonismo.

Ao longo desse processo, em conjunto com o movimento indígena, lutamos e contribuimos para a construção de uma política de atenção à saúde indígena que respeite o modo de vida tradicional dos povos. Sempre defendemos que os próprios indígenas fossem os protagonistas para exercer o controle social e a gestão participativa no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

Lamentavelmente o modelo pensado e construído durante muitos anos pelos povos e aliados vem sendo progressivamente desfeito e gerido a critério de outros interesses, resultando na sua utilização em barganhas políticas, na distribuição de cargos, entre outros.

O CIMI propõe-se a fazer um trabalho crítico e responsável exigindo que o Estado cumpra de forma mais eficaz a responsabilidade pela atenção à saúde indígena.

Diante dessa realidade o CIMI manifestou-se em nota publicada no dia 27 de agosto de 2014, da qual reiteramos algumas disposições:

“O CIMI não ocupa, nem pleiteia cargos junto a qualquer instância do governo brasileiro. O CIMI não abrirá mão de seu direito e de sua responsabilidade institucional de informar os povos indígenas e de manifestar suas posições e denúncias acerca de iniciativas do Estado Brasileiro que atentam contra a vida dos povos indígenas.”

Por fim, o CIMI reafirma seu compromisso com os projetos de vida e de futuro e o respeito à autonomia e protagonismo dos povos indígenas e continuará atuando nesse sentido.

Boa Vista – Roraima, 07 de fevereiro de 2015.

Fonte: CIMI.



**MPF quer garantir aos Guarani Mbya direito a Educação**

SÍTIO CEDEFES, 15.02.2015

*MPF requer direitos de índios guarani mbya à educação - ação civil pública foi movida contra a união e o estado do rio de janeiro*

O Ministério Público Federal (MPF) em Angra dos Reis ajuizou ação civil pública contra a União e o Estado do Rio de Janeiro, requerendo que os entes estabeleçam a oferta de ensino médio diferenciado, bilíngue e intercultural aos indígenas, de forma a proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciências e garantir o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

No Estado do Rio de Janeiro, de acordo com dados do CENSO 2010 do IBGE, a população indígena é de aproximadamente 15.894 pessoas, sendo que cerca de 776 encontram-se nos municípios de Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty, em sua quase totalidade da etnia Guarani Mbya, com língua materna, organização social, costumes, tradições e crenças próprias. Os direitos educacionais desses povos indígenas têm sido negligenciados ao longo dos anos pela União e pelo Estado do Rio de Janeiro.

Há 17 anos o MPF vem acompanhando a situação, provocando os poderes executivos para solução do problema e cobrando medidas efetivas. De acordo com as análises feitas pelos procuradores da república, jamais foi realizado concurso público específico para a contratação de professores indígenas e sequer foi criado, no âmbito do Estado, o cargo de professor indígena. Os poucos professores que hoje atuam nas escolas possuem contratos temporários com o Estado do Rio de Janeiro, sendo que a maioria sequer possui habilitação para o magistério, tendo concluído somente o ensino fundamental. Além disso, em razão das limitações do regime de contratação temporária, alguns professores habilitados em magistério não puderam ter seus contratos renovados, o que agravou a situação.

Para o procurador da República Felipe Bogado, responsável pela ação civil pública "a situação chegou a um ponto intolerável. Muitos indígenas concluem o ensino fundamental e não têm mais chances de darem continuidade aos estudos. Assim, se perpetua o quadro de insuficiência de professores habilitados ao magistério indígena".

A ação tem caráter de urgência e, em caso de descumprimento, o MPF pede a estipulação de multa diária no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser revertida em favor do Povo Indígena Guarani Mbya.

Fonte: MPF RJ.



## **MP quer garantia de acesso à saúde para indígenas no Pará**

SÍTIO O POVO, 15.02.2015

O Ministério Público Federal (MPF) expediu recomendação para que a Secretaria de Saúde Indígena (Sesai), ligada ao Ministério da Saúde (MS), garanta acesso à saúde por parte dos povos indígenas Atikum de Redenção, que vivem na aldeia Umã, no Pará.

A recomendação foi feita após a procuradoria receber denúncias de que o atendimento não está sendo feito porque o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) local, que tem a tarefa de viabilizar atenção especializada à saúde das comunidades dessa população, não reconhece as famílias da aldeia como indígenas.

A procuradora Luisa Asterita Sangoi diz no pedido que cabe aos indígenas o autorreconhecimento, conforme determina a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Além disso, "em nenhuma lei, decreto ou portaria que regule o Sistema Especial de Apoio à Saúde Indígena e a Política Nacional de Atenção à Saúde há previsão que restrinja o atendimento a membros de comunidades indígenas cujos territórios já tenham sido objeto de demarcação".

Segundo o coordenador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) no Pará, Marcos Reis, "há anos os índios vêm reivindicando esse atendimento à Sesai, mas a Sesai não só não os reconhece como indígenas como não procede em nenhum momento com atendimento ou diálogo com eles de forma diferenciada". Isso ocorre à revelia do autorreconhecimento e do reconhecimento por parte de outros povos indígenas, a exemplo dos Kayapó, bem como do fato de "manterem, na localidade, todos os rituais e o jeito de ser Atikum". Reis relata que a situação no local é grave. Não há saneamento básico ou água encanada; a água usada para beber vem de um poço aberto; muitos idosos possuem doenças crônicas e não há acompanhamento especializado. (das agências)

**Exposição resgata patrimônio linguístico indígena da América Latina**  
SÍTIO REDE BRASIL ATUAL, 15.02.2015



Objetivo da mostra é chamar a atenção para a diversidade cultural e linguística que o continente possui

A América Latina concentra 10% das línguas faladas no mundo. Ao todo, são quase 600 idiomas, cerca de 160 deles só no Brasil. Parece muito, mas calcula-se que mais de 85% das línguas indígenas que existiam em 1500 já foram extintas. No Chile, por exemplo, o idioma yámana da Terra do Fogo tem apenas uma falante: Cristina Calderón, nascida na década de 1930 em Puerto Williams.

O registro de sua fala, feito pelo artista Rainer Krause, é uma das obras que fazem parte da exposição O Papagaio de Humboldt, em cartaz até 29 de março no espaço Oi Futuro Flamengo, no Rio de Janeiro. A mostra, idealizada pelo Instituto Goethe com curadoria do alemão Alfons Hugh, reúne 15 artistas com obras que resgatam idiomas indígenas em risco de extinção.

A exposição se inspira no mito do papagaio que o explorador e naturalista alemão Alexander von Humboldt adquiriu na tribo caribe, na selva venezuelana do Orinoco pelos idos de 1800. A ave não falava o idioma da tribo que o vendeu, mas a de outra que já não existia. A história

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 29/2015

Brasília, 18 de fevereiro de 2015.

estimulou o curador a procurar artistas que se identificavam com o tema para reunir uma amostra da diversidade linguística presente em várias regiões da América Latina e Central.

A seleção das línguas, feita pelos próprios artistas, levou em conta não apenas a importância histórica e cultural das etnias para os países, mas também seu grau de ameaça de extinção e seu "apelo estético". Fazem parte da exposição línguas de tribos do Brasil, Uruguai, da Argentina, Bolívia, Venezuela, Colômbia, do Chile, Peru, Paraguai, Equador, Panamá, da Guatemala, Costa Rica e de Nicarágua.

Propositamente, a sala da exposição não tem muitos apelos visuais. Isso faz com que o visitante preste mais atenção aos sons que emanam do ambiente. Ao entrar, ele ouve uma espécie de murmúrio composto por várias vozes. Ao se aproximar dos auto-falantes, é possível distinguir cada uma das línguas. Há alguns painéis que apresentam textos com o conteúdo das falas e o desenvolvimento histórico de cada idioma.

A intenção da mostra é chamar a atenção para a riqueza que o continente possui no que diz respeito à diversidade cultural e linguística, um patrimônio que é preciso preservar.

Serviço:

O Papagaio de Humboldt

Quando: até 29 de março

De terça a domingo, das 11h às 20h

Onde: Oi Futuro Flamengo, níveis 2, 4, 5 e vitrais

Rua 2 de Dezembro, 63, Flamengo, Rio de Janeiro (RJ)

Quanto: grátis

Classificação: livre

Mais informações: [www.oifuturo.org.br](http://www.oifuturo.org.br)



**Médico paulista ajuda bebê cardiopata internada no HGE**

SÍTIO CENÁRIO MT, 15.02.2015

*Menina indígena de oito meses tem cardiopatia grave e precisa de tratamento especializado inexistente em Alagoas*

Thayanne Magalhães/Tribuna Independente

Em agosto do ano passado o jornal Tribuna Independente relatou o caso de um bebê cardiopata internado no Hospital Universitário que precisava de transferência para um hospital especializado para ser tratado - porque apesar de uma determinação da Justiça de 2012, o Estado não oferece o serviço.

Desde então muitos outros casos têm aparecido na mídia. As transferências, quando são conseguidas, precisam da intervenção da Justiça.

Na sexta-feira (13), a promotora de Justiça de Palmeira dos Índios, Salete Adorno, entrou em contato com a imprensa para relatar mais um caso, o da bebê indígena Nicole Tainara, nascida há oito meses, e que sofre de uma cardiopatia grave.

"Segundo os laudos médicos, a criança corre risco de morte se não tiver tratamento especializado imediatamente", explicou a promotora.

A criança está internada no Hospital geral do Estado (HGE) e a assessoria da unidade de saúde informou por telefone que "esses casos passam por algumas burocracias e não tem como transferir imediatamente, mesmo com risco de morte".

Para a sorte da menina, a pediatra do HGE que vem tratando de outros casos de crianças cardiopatas no hospital, Ana Carolina, conseguiu a ajuda de um colega de São Paulo que veio passar o Carnaval em Maceió.

A informação foi passada pela promotora.

"O médico garantiu que a menina deve conseguir a transferência para um hospital especializado na quinta-feira ou na sexta-feira depois do Carnaval. Ele se prontificou a recuperar o processo da Nicole na Central de Regulação e operá-la no Instituto do Coração em São Paulo".

A promotora Salete Adorno se mostrou indignada com a falta de atendimento para os bebês cardiopatas em Alagoas.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 29/2015

Brasília, 18 de fevereiro de 2015.

“O Estado tem que garantir o atendimento da criança em rede pública ou particular, dentro ou fora de Alagoas. Não podemos deixar mais uma criança morrer pela falta de serviços de cardiopediatria”.

A Defensoria Pública da União também deve ser acionada já que é o órgão que tem competência para defender os direitos dos indígenas em território nacional.



**União não pode determinar pagamento de arrendamento ocupado por índios**  
SÍTIO CONSULTOR JURÍDICO, 15.02.2015

Uma decisão da Justiça Federal de Mato Grosso do Sul, em Dourados, que determinava o pagamento de arrendamento a proprietários de terra que foram invadidas por índios foi suspensa. Para o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, não cabe impor à União a determinação para pagamento de arrendamento aos supostos proprietários das terras ocupadas por indígenas, ou que venham a ser por eles ocupadas na região centro-sul do Mato Grosso do Sul, mesmo que seja apenas para reforçar a execução da medida de demarcação.

Isso porque, segundo o tribunal, o Termo de Ajustamento de Conduta, que visa consolidar os trabalhos de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas na região centro-sul de Mato Grosso do Sul, foi feito pelo Ministério Público Federal (exequente) e a Fundação Nacional do índio (Funai) (executada).

A União interpôs Agravo de Instrumento tentando garantir o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que foi firmado pelo Ministério Público Federal e a Fundação Nacional do índio (Funai) em 2008.

O relator do caso, desembargador Hélio Nogueira, considerou que houve violação do princípio dispositivo, já que não há pedido formulado contra a União na ação de execução movida contra a Funai. A demarcação das terras indígenas deve ser precedida de trabalho de identificação da área, ou seja, trabalho que antecede o processo de demarcação, sob iniciativa e orientação da Funai.

Ainda para o relator, não há qualquer estudo que indique que a terra objeto da ação seja tradicionalmente ocupada por indígenas, circunstância que ensejaria a indenização dos proprietários que adquiriram seus títulos legitimamente, como sublinhado pelo juízo de primeiro grau.

O juízo de primeiro grau queria a proteção dos direitos tanto dos índios quanto dos proprietários das terras ocupadas por eles e, para isso, determinou que a Funai e a União procedessem, em 30 dias, com os atos administrativos necessários para as demarcações previstas no TAC. Assim, em vez de fixar multa pelo descumprimento, a decisão previa o pagamento de arrendamento, pelo valor de mercado, aos proprietários das terras ainda não demarcadas e ocupadas irregularmente pelos indígenas. A decisão pretendia abranger as ocupações futuras também.

A decisão de primeira instância determinou ainda a intimação do ministro da Justiça para o cumprimento de sua decisão no prazo de 30 dias, sob pena de envio de ofício ao procurador-geral da República para apuração de crime de responsabilidade.

CONT.



Os pagamentos relativos ao arrendamento deveriam incidir desde a intimação da Funai e da União sobre o teor da decisão e perdurar até a completa realização das demarcações. O não pagamento de tais valores deveria ensejar o bloqueio orçamentário de recursos necessários a este fim.

A União pediu a reforma da decisão do juízo federal de Dourados, arguindo a sua ilegitimidade passiva, pois não detém poder sobre os índios; a independência de poderes, já que o Judiciário não pode substituir a conveniência e oportunidade do Executivo de fazer atos físicos de Administração; a violação do princípio dispositivo, visto que o TAC foi celebrado apenas entre o MPF e a Funai; que o juízo de primeiro grau, ao impor obrigação ao ministro da Justiça, bem como ao determinar que se oficie o procurador-geral da república para apuração de crime de responsabilidade, invadiu a competência alheia à sua jurisdição e, por fim, que não cabe bloqueio do orçamento da União para pagamento do arrendamento sem a expedição de precatório.

Para o relator, não há qualquer estudo que indique que a terra objeto da ação seja tradicionalmente ocupada por indígenas, circunstância que ensejaria a indenização dos proprietários que adquiriram seus títulos legitimamente.

O relator considera, ainda, que ao impor obrigação para autoridades que não estão submetidas à sua jurisdição (ministro da Justiça), o juízo federal de primeiro grau invadiu competência alheia, já que, em tese, o aludido agente público, em matéria cível, se sujeita à competência do Superior Tribunal de Justiça. Além disso, o titular da pasta em questão não detém atribuição para atos administrativos de demarcação, que cabem com exclusividade à Funai, sendo sua atribuição apenas, ao final do processo, editar as portarias declaratórias, pelo que não é plausível que seja intimado para cumprimento de TAC no qual não teve participação.

Segundo a decisão, não cabe, ainda, a determinação de bloqueio orçamentário da União e da Funai para pagamento do arrendamento, que encontra barreira nas regras de execução contra a Fazenda Pública, baseada no sistema de liquidação de débitos pela expedição de precatórios, sendo vedada a penhorabilidade de seus bens em qualquer hipótese. O eventual bloqueio de verba orçamentária produziria lesão de grave potencial ofensivo ao ente público, considerando que vulnera a ordem pública estabelecida, de acordo com o artigo 100 da Constituição Federal.

Assim, ficou determinada a suspensão da decisão proferida em primeiro grau, pelo menos até que as próximas averiguações administrativas concluam, de modo definitivo, acerca da condição jurídica da posse indígena na área, em atenção ao quadro fático e para que não se atente contra a pacificação social. Com informações da Assessoria de Imprensa do TRF-3.

Processo 2015.03.00.001010-9

## **Dilma reduz estrutura da Funai e tem menor demarcação de terras desde 1985**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.02.2015

*Primeiro mandato da presidente é o período em que se delimitou a menor área desde a redemocratização do País; falta de prioridade ao órgão, há 20 meses sob comando interino, persiste com queda no número de funcionários e no orçamento anual*



Por Roldão Arruda, no O Estado de São Paulo

São Paulo – No momento em que aumentam as pressões no Congresso contra as reivindicações indígenas por mais terras, a Fundação Nacional do Índio (Funai), cuja missão é proteger e promover os direitos dessa população, vive um processo de enfraquecimento no governo Dilma Rousseff. A presidente encerrou o primeiro mandato com a menor área de terras indígenas demarcada desde a redemocratização e começou o segundo período no Palácio do Planalto sem indicar mudança no desinteresse pelo órgão.

Há 20 meses, a Funai está sob comando interino. Desde que a demógrafa Marta Azevedo pediu demissão, em junho de 2013, Dilma não nomeou oficialmente nenhuma pessoa para o

CONT.



cargo. O atual presidente interino, Flávio de Azevedo, é um procurador vinculado à Advocacia-Geral da União (AGU) que prestava serviços à área jurídica da Funai até outubro, quando assumiu o posto temporário.

Para organizações que atuam na defesa dos indígenas, essa situação é mais uma demonstração do desinteresse de Dilma pelo órgão. A presidente é a que manteve a fundação sob comando interino pelo período mais longo desde sua criação, em 1967. Nesses 48 anos, a Funai teve 33 presidentes – média de 1 ano e 4 meses de mandato para cada um. Nos dois governos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, a instituição teve dez presidentes. Com Luiz Inácio Lula da Silva, foram três.

Na avaliação de Cleber Buzatto, secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o enfraquecimento da Funai está se agravando. “A manutenção de interinos no cargo de presidente é um dos reflexos mais visíveis desse processo”, disse. “Existem enormes pressões políticas para que não sejam aprovados relatórios de delimitação e demarcação de novas terras, uma das principais responsabilidades do presidente da Funai. Como ele pode levar adiante essa função se está interino no cargo?”

Esse enfraquecimento da Funai apontado pelo dirigente do Cimi ocorre em paralelo à maior pressão no Congresso para aprovação de uma emenda constitucional que delega ao Legislativo o poder de demarcar terras indígenas. Hoje, essa prerrogativa é exclusiva do Executivo.

No governo Dilma, essa atribuição foi pouco efetiva. A petista homologou em quatro anos a criação de 11 terras, um total de 2 milhões de hectares, mais baixa marca dos governos pós-ditadura militar. Em metade do tempo, Itamar Franco homologou 16 áreas e 5,4 milhões de hectares.

## Quedas

Para Buzatto, outros indicadores de enfraquecimento são a redução do quadro de funcionários, especialmente os que atuam nas demarcações, e do orçamento. Segundo a Funai, o quadro de funcionários permanentes caiu de 2.396 em 2010 para 2.238 em 2014. O grupo dedicado à delimitação e demarcação de terras foi reduzido de 21 para 16 funcionários fixos. O número de antropólogos na equipe baseada em Brasília baixou de seis para dois.

O encolhimento também é visível no orçamento. Em 2013, a verba da Funai (a soma de custeio e investimento, em valores já corrigidas pela inflação) chegou a R\$ 174 milhões. Em 2014, segundo o órgão, foram R\$ 154 milhões.

Fora isso, hoje há 13 processos de demarcação parados no Ministério da Justiça, onde precisam de uma Portaria Declaratória para seguirem tramitando no governo. Outros 21 processos de demarcação já estão na mesa de Dilma, à espera da assinatura da presidente. Segundo levantamento da Assessoria Especial de Participação Especial, essas terras indígenas totalizam 1,4 milhão de hectares.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 29/2015

Brasília, 18 de fevereiro de 2015.

Para André Villas-Bôas, secretário executivo do Instituto Socioambiental (ISA), o esvaziamento da Funai começou no governo Lula e se agravou com Dilma. "Diante de obras como as hidrelétricas que estão sendo construídas e que afetam populações indígenas, o óbvio teria sido o fortalecimento de instituições que cuidam dessas populações. O que se vê é o oposto, com licenciamentos a toque de caixa e desenvolvimento a qualquer preço."

Legenda da foto: Dilma mantém há 20 meses a Funai com presidente interino. Primeiro mandato da presidente terminou com a menor área de terras indígenas demarcada desde a redemocratização

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.

### **Xerentes disputam torneio em busca de talentos para os Jogos Indígenas**

SÍTIO GLOBO.COM, 16.02.2015

*Além de comemorar os 19 anos da Aldeia Salto, os atletas entraram na competição para tentarem uma vaga na seleção da aldeia para o mundial*



Xerentes buscam talentos para os jogos mundiais indígenas (Foto: Edson Reis/GloboEsporte.com)

O torneio de futebol deste ano não está sendo apenas comemorativo para dar continuidade à tradição, mas também uma seletiva para descobrir atletas diferenciados e bem fisicamente para representar os Xerentes nos Jogos Mundiais Indígenas. 12 equipes masculinas e 6 femininas iniciaram a competição no sábado (14) e segue até esta segunda-feira (16). O torneio comemorativo faz parte do aniversário de 19 anos da Aldeia Salto.

De acordo com o coordenador do torneio e técnico das seleções masculinas e femininas de futebol, que irão representar o Tocantins nos jogos, Dorabel de Souza, 20 mulheres e 30 homens já estão pré-selecionados. Mas ele afirma que destas partidas podem surgir novos talentos.

- Temos muita gente talentosa aqui na aldeia e o torneio é uma boa oportunidade para descobrir atletas diferenciados. Já temos os pré-selecionados, porém, até setembro podemos ter desistência ou alguém se machucando, então é necessário que tenham outros nomes.

CONT.



Temos jogadores aqui com condição de atuar em qualquer time profissional do estado - destacou.

Enquanto muitos entram em campo para mostrar que estão bem fisicamente e fazer algo diferenciado com a bola nos pés, outros entram apenas por diversão como Augusto Darburoikwa, 22 anos. O jovem já está entre os 30 homens pré-selecionados para representar os Xerentes no mundial.

- Sempre joguei futebol e gosto demais deste esporte. Espero que essa oportunidade de representar o meu povo possa dar certo. Isso é consequência de um bom trabalho que venho realizando - assegurou.

Darburoikwa atuou pelo time do Krupré no torneio desse sábado. A equipe dele não saiu do 1 x 1 com o time do Oiáx, do veterano Paulo Xerente, 36 anos. E o quase quarentão, sonha em fazer parte da seleção masculina de futebol.

- Joguei e doe-me ao máximo em campo, na expectativa de ser chamado. Apesar do empate, a equipe esteve bem em campo - disse o veterano.

#### Mulheres em campo

Diferente dos rapazes que atuam em dois tempos de 20 minutos e fazem um intervalo de 5 minutos, as meninas jogam duas etapas de 15 minutos, com 5 minutos para o descanso. Além da diferença de tempo em campo, as mulheres não costumam jogar com chuteira. Na partida entre a Aldeia Porteira e Salto II, que terminou em 0 x 0, todas as atletas estavam descalças.

Conforme a jogadora Ilza Xerente, quase todas as garotas que estavam em campo têm chuteiras, mas não estão acostumadas a jogarem com o calçado.

- Não é nada oficial, então resolvemos não usar. As meninas estão se acostumando ainda com a chuteira. Nossa participação neste torneio é por diversão e se de repente aparecer uma vaga na seleção para os jogos será muito importante - contou Ilza.

A previsão é de que cerca de 22 etnias brasileiras, além de indígenas de mais de 20 países. Cada país e etnia brasileira poderá inscrever até 50 participantes, totalizando 2.200. Os jogos serão entre os dias 18 e 27 de setembro com a disputa de 11 modalidades.

\* Edson Reis, estagiário, sob supervisão de Vilma Nascimento.



---

**Superintendência passa por reestruturação para ganhar mais força**

SÍTIO CENÁRIO MT, 16.02.2015

A Superintendência de Assuntos Indígenas está sendo reestruturada na Reforma Administrativa para ganhar mais força e mais musculatura. A informação foi passada pelo secretário-chefe da Casa Civil, Paulo Taques, durante encontro com lideranças da etnia indígena Pareci na sala de reuniões Governador Garcia Neto. A superintendência voltou à estrutura da Casa Civil no início de 2015.

“Estamos trabalhando com as mudanças na superintendência no sentido de fortalecê-la. Também temos como meta trabalhar em parceria e conversa constante com a Funai (Fundação Nacional do Índio)”, disse o secretário.

Durante o encontro as lideranças apresentaram demandas do povo Pareci, como mais investimentos em educação, saúde, agricultura familiar, comunicação, incentivo à cultura indígena, esportes e em infraestrutura. Também foi solicitada uma audiência com o governador Pedro Taques para falar sobre a MT-235.

O cacique da aldeia Rio Verde, Carlinhos Okenazokie, pontuou que novas estradas vicinais são necessárias para que as famílias Parecis consigam se deslocar entre as aldeias e para outros locais, pois atualmente precisam passar pelas fazendas. “Temos um ótimo relacionamento com os proprietários destas áreas, mas precisamos de estradas para agilizar esse deslocamento”.

Maria Helena Azumezohero, liderança Pareci e membro do Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena (ITC) avaliou que o Governo age muito bem em receber as representantes das etnias indígenas de Mato Grosso para que todos possam conversar sobre as expectativas e problemas. “Ter um atendimento tão bom, ser recebidos assim, é muito importante. Nunca fomos atendidos e hoje conseguimos um bom momento para falar sobre tudo”, pontuou.

O secretário Paulo Taques confirmou que a próxima vinda das lideranças ao Palácio Paiaguás será para se reunirem com o governador e também com todos os secretários de Estado que tenham assuntos afins dentro da pauta de reivindicações dos Parecis. “Vou convidar todos para ouvi-los. Não sei se vamos ter condições de atender todas as demandas, mas pelo menos uma parte sei que conseguiremos”, explicou o secretário.

A próxima reunião ainda não tem data definida.

**Tensão: Índios Tenharim Acusados De Matar Três Homens Em Humaitá Saem Da Prisão**

SÍTIO JORNAL DE HUMAITÁ, 16.02.2015



No natal de 2013, patrimônio da Funai e destruído após assassinatos de três homens na reserva tenharim em Humaitá.  
Foto: Divulgação

Os indígenas Gilvan, Gilson, Domiceno, Valdinar e Simeão Tenharim, todos da mesma etnia homônima, acusados de assassinar três homens em Humaitá (a 592 quilômetros de Manaus) saíram da prisão, em Lábrea, neste domingo (15). Os indígenas, que estavam presos desde o dia 30 de janeiro do ano passado, estão agora sob a custódia da Fundação Nacional do Índio (Funai).

As informações foram divulgadas pelo advogado das famílias das vítimas, Carlos Evaldo Terrinha de Souza, que afirmou que os índios foram levados para uma base da Frente Etno Ambiental da Funai, no município de Lábrea (a 701 quilômetros de Manaus). A base fica no interior da terra indígena Hi-Merimã, em local isolado, sem acesso por terra.

Terrinha acredita que haja risco de fuga dos acusados, que estavam presos na cadeia de Lábrea e foram transferidos com autorização do juiz Jéferson Galvão de Melo, da 2ª Vara de Humaitá, com base no Estatuto do Índio. O juiz entendeu que a cadeia de Lábrea não oferecia condições de segurança para os índios.

CONT.



---

Relembre o caso

Ao todo seis indígenas são réus na ação criminal pelo sequestro, homicídio e ocultação de cadáver do professor Stef Pinheiro, do vendedor Luciano Freire e funcionário da Eletrobras Amazonas Energia Aldeney Salvador. Os três moradores da região desapareceram no dia 16 de dezembro de 2013, na rodovia Transamazônica, quando passavam pela terra indígena Tenharim-Marmelos, em Humaitá.

Os corpos foram encontrados 40 dias depois, enterrados próximo da aldeia. O crime gerou uma onda de revolta contra a população indígena. Bases e barcos da Funai foram incendiados no município. Os moradores também queimaram vários pontos de cobrança de pedágio usados pelos índios ao longo da rodovia Transamazônica.

O julgamento dos índios pode acontecer ainda este ano, mas o júri deve ser transferido para Manaus, em razão do clima tenso na região. Atualmente, cinco indígenas estão sob a custódia da Funai, o sexto suspeito aguarda julgamento em liberdade.

Por equipe EM TEMPO

## **No Tapajós, ninguém ouve os ribeirinhos**

SÍTIO CARTA CAPITAL, 16.02.2015

*As usinas hidrelétricas do rio Tapajós devem desalojar mais de 2500 ribeirinhos e matar os peixes dos quais sobrevivem, mas o governo se recusa a consultá-los*



Ribeirinhos de Pimental vivem em integração com o Tapajós: hábito de lavar a louça no rio ajuda a atrair os peixes

Por Ana Aranha e Jessica Mota

O ribeirinho Rosinaldo Pereira dos Santos, mais conhecido como Tatá, está prestes a trilhar o caminho inverso daquele pretendido pela política social dos governos Lula e Dilma. Morador da beira do rio Tapajós, no oeste do Pará, ele sempre viveu em fartura alimentar. A prova está pendurada na sala de sua casa: fotos de bagres maiores que o próprio pescador. Mas, agora, Tatá pode se tornar mais um a engrossar o rol de brasileiros que precisam de ajuda financeira para se alimentar. O governo federal começou a executar na região um conjunto de obras que, em nome do desenvolvimento, vai tirar o peixe de pescadores que sabem pescar.

CONT.



Hoje a vida de Tatá é assim: basta ele pousar os olhos sobre o rio durante o dia para dar início ao cálculo mental de qual melhor espécie vai dar pesca, onde, a que horas e com qual isca. É esse conhecimento também que lhe guia entre corredeiras, cachoeiras, pedrais e redemoinhos que brotam da correnteza. Com a renda da pesca ele construiu duas casas, onde tem uma roça com mandioca, banana e murici, cria galinhas e cultiva um pomar com dez tipos de frutas amazônicas. O que a família não come, ele vende. Assim sustentou dois filhos, hoje cria dois netos e, aos 52 anos, planejava adotar mais dois.

Mas os planos estão suspensos desde que chegaram notícias sobre as sete usinas hidrelétricas que o governo planeja erguer na bacia do Tapajós. A maior delas, São Luiz do Tapajós, foi traçada bem no local onde ele mora e pesca: a centenária Pimental, bucólica vila de pescadores cercada por corredeiras e floresta amazônica preservada. Seus habitantes vivem da pesca artesanal, como Tatá, ou da ornamental: peixes pequenos e coloridos encontrados nos trechos onde o rio é raso e transparente. Parte da renda local também vem do garimpo artesanal. Se a usina for licenciada, os 700 moradores serão retirados da beira do rio e levados para a beira da estrada federal BR 230, a Transamazônica, em local próximo ao lago da usina. Como eles, mais de 2.500 ribeirinhos terão suas casas e comunidades alagadas na região do Tapajós, segundo estimativa da Avaliação Ambiental Integrada das sete usinas. Os estudos ambientais não calculam, porém, os outros milhares de pescadores que perderão sua fonte de renda devido as mudanças que as barragens provocam nos rios.

### O peixe vai sumir

O primeiro impacto é o “sumiço” dos peixes, eufemismo local para a morte dos animais. O fenômeno já foi observado nas duas grandes usinas do rio Madeira, em Rondônia, construídas seguindo o mesmo modelo das do Tapajós: a usina fio d’água. Para diminuir o impacto ambiental, esse modelo usa reservatórios menores do que hidrelétricas como Itaipu. Mas, ainda assim, trabalha com o represamento. A diferença é que, no lugar de concentrar a represa em um grande lago logo acima da barragem, as usinas fio d’água sobem gradativamente o nível da água, distribuindo o alagamento por uma longa extensão. Ao barrar o fluxo da água, a correnteza perde força, alagando as margens e transformando um trecho do rio em lago. Para formar o reservatório, as usinas do Tapajós vão alagar 3.022 quilômetros quadrados, o equivalente a duas vezes a área da cidade de São Paulo.

O biólogo Philip Fearnside, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, acompanhou de perto o impacto do modelo sobre o rio Madeira. Ele aponta que, ao quebrar o fluxo da correnteza, o rio passou a ter bolsões de água sem oxigênio, criando um ambiente inóspito para os peixes. Em dezembro de 2008, o Ibama de Rondônia registrou 11 toneladas de peixes mortos durante a construção da usina de Santo Antônio. No relatório, os técnicos registraram que alguns peixes ainda podiam ser vistos “na superfície, agonizando por falta de oxigênio”.

O segundo grande impacto é a quebra do ciclo reprodutivo. Ao subir o rio para fazer a desova,

CONT.



os peixes serão barrados pelos paredões de concreto. Só no caso de São Luiz do Tapajós, a barragem terá sete quilômetros de comprimento. A usina cria “escadas”, pequenas passagens para os peixes cruzarem esse paredão. Mas, segundo Fearnside, a experiência das usinas de Rondônia aponta que são poucas as espécies que acham essas passagens. “Um dos problemas é que o instinto dos peixes é seguir a correnteza principal”, ele explica. Abaixo da barragem, a correnteza mais forte vem da água que sai das turbinas.

Depois de monitorar a queda drástica na vida dentro do rio Madeira, Fearnside não vê perspectivas diferentes para o Tapajós. “São muitos obstáculos. Infelizmente, é improvável que uma tentativa de aprimorar as passagens consiga restaurar a migração dos grandes bagres”, avalia, referindo-se à espécie que é a principal fonte de renda local, a mesma que figura nos retratos pendurados na sala de Tatá.

Uma terceira mudança de grande impacto será o fim do ciclo natural de cheia e seca do rio, já que a usina vai controlar o fluxo da água. Além de desenhar as belas praias de areia branca típicas do Tapajós, responsáveis pela alta procura turística por Alter do Chão, esse fenômeno cria habitats fundamentais para a sobrevivência de diversas espécies vegetais e animais, como ariranhas e certos tipos de peixes, tartarugas e jacarés. A barreira física também será um obstáculo para a reprodução do boto cor de rosa e do peixe boi, espécies que correm risco de extinção.

#### A voz dos beiradeiros

Quem nasceu na beira do rio sabe da importância do ciclo de cheia e seca para a vida, incluindo a humana. Por isso Luiz Matos de Lima, dono de um mercado em Pimental, foi confrontar um representante da Eletrobras em reunião que ocorria em Trairão, sede do município a que pertence a vila. Os ribeirinhos nem eram convidados, mas Luiz e outros moradores de Pimental foram mesmo assim. Lá, foram informados de que a usina será obrigada a indenizar os moradores ou construir uma nova casa para eles. Mas Luiz sabe que nem o dinheiro ou a casa serão capazes de substituir a quebra no ciclo de sobrevivência. Ele pediu a palavra para alertar que a usina vai tirar tudo dos ribeirinhos, já que novas plantações que forem feitas devem demorar a produzir. “Eles responderam que o governo vai doar cesta básica enquanto o povo não produzir. Já pensou? Coisa mais triste um povo acostumado em trabalhar ter que viver de cesta básica. E eu, que vendo mercadoria, vou viver do que?”, questiona.

“Os estudos de impacto ambiental passaram longe de mensurar os impactos na vida dessas pessoas”, aponta o cientista social Mauricio Torres, um dos maiores estudiosos do modo de vida dos ribeirinhos da região, onde essa população também é conhecida como “beiradeiros”. Com costumes particulares do grupo, os ribeirinhos são intimamente ligados à interação com a floresta e o rio. Grande parte deles raramente vai à cidade ou a um médico. É o caso de Teresa Lobo Pereira, que tem uma casa com roça em Pimental e outra em Montanha e Mangabal. “Eu sou veterana”, ela diz, batendo no peito estufado. “Como diz o dizer nosso, na

CONT.



nossa língua, eu venho dos tronco velho". Para Teresa, a floresta guarda a farmácia, o supermercado e os caminhos da memória de toda a sua vida. Ela nasceu no "beiradão", como os ribeirinhos chamam o local, filha de cearense com paraense.

Os ribeirinhos do Tapajós são, em parte, fruto da geração de nordestinos que migrou para a Amazônia para extrair borracha no fim do século 19. O movimento de migração foi fortalecido durante a Segunda Guerra, quando o governo alistou os soldados da borracha. Depois que a produção de látex cessou, eles foram abandonados na região e, para sobreviver, adaptaram-se à interação com o meio. Torres já comprovou o registro de famílias que vivem lá há oito gerações. "Essa é uma história de co-evolução homem e floresta. Eles moldaram a vida de modo que os recursos naturais não acabem e hoje dominam uma tecnologia de manejo do rio e da floresta", explica Torres. "Mas, na hora que você transforma o rio em lago, você transforma profundamente esse habitat. As consequências disso são trágicas".

#### Sobrevivência ameaçada

Com pouca ou nenhuma assistência do Estado, essa não é a primeira vez que os ribeirinhos do Tapajós têm sua terra e modo de vida ameaçados por projetos vindos de Brasília. Foi assim em 1974, quando parte da população local foi expulsa para a criação do Parque Nacional da Amazônia. Alguns foram morar rio acima, outros se mudaram para Pimental e há os que foram para a cidade de Itaituba. A adaptação foi impossível em alguns casos. Torres registrou a fala de uma viúva que contou como o seu marido jamais se adaptou à mudança: "A vida dele ficou muito ruim. Ele não sabia fazer nada fora de lá. Nem pescar ele não sabia. Ele não sabia pescar em outro lugar. Depois que deixaram a gente rodado aqui pra cidade, ele remava mais de dias pra ir lá no lugarzinho da gente pra pescar. Mas não dava mais. Logo morreu. Ele não era mais". Esse e outros relatos orais fazem parte do artigo O Escriba e o Narrador, de Torres.

Quarenta anos depois, parte do local de onde os ribeirinhos foram retirados para a criação do parque será, agora, alagada para a construção da usina.

A saga do beiradeiro que "não era mais" depois de arrancado do seu lugar é sintomática do clima que tomou parte da vila de Pimental após a notícia da remoção. Os sorrisos hospitaleiros rapidamente se desfazem quando perguntamos sobre a usina. A professora Suzete de Oliveira Nogueira fica com a voz embargada ao lembrar das perguntas feitas pelos alunos do 3o ano: "professora, não dava pra cada família fazer uma casa flutuante? Aí a gente podia ficar aqui". Assim como ela, diversos moradores da vila ficam melancólicos ao falar sobre o futuro do lugar onde nasceram e viveram. "Isso aqui vai virar um cemitério. Um lugar fantasma", diz a ribeirinha Regina Nonato dos Santos, cercada pelas árvores cheias de fruta do quintal da vizinha. "Pra mim isso é tudo um pesadelo. Se eu pudesse, acordava e não dormia mais".

Além da relação com uma natureza de riqueza luxuriante, os moradores temem perder a tranquilidade da vila. Assustam-se em antecipação com a grande quantidade de pessoas que vão chegar. Segundo os estudos da usina serão 13,5 mil trabalhadores, número que vai no

CONT.



mínimo dobrar com todos os outros que seguem o fluxo para prestar serviços. Hoje, as portas de Pimental dormem destrancadas. Não há registro de roubos ou furtos. A única cena de violência que a reportagem presenciou foi uma mãe batendo no filho que tentava se esgueirar pelas árvores do quintal. O menino foi acudido por um papagaio. O bicho disparou uma rajada de gritos agudos, como se ele mesmo estivesse sob tortura, até a mulher largar o chinelo.

O lugar onde a nova vila será construída ainda não foi definido, mas é possível que ela se torne um dos núcleos urbanos mais próximos do canteiro de obras. Se isso acontecer, Pimental pode ter a mesma sina de Jaci Paraná, vila de pescadores a 20 quilômetros da usina de Jirau, em Rondônia, que viu sua população quadruplicar com o início da obra. A violência em Jaci é tanta que os comerciantes fazem vaquinha para pagar uma empresa de segurança particular. Em 2012, um grupo matou o comandante da Polícia Militar e rendeu oito policiais para assaltar a pequena agência bancária instalada na vila.

Tatá e sua família estão no escuro: nunca ouviram falar de Jaci Paraná e não fazem ideia de quão estratégica é a localização da nova vila de Pimental. Ele e toda a comunidade têm muitas dúvidas sobre o que vai acontecer com a região e como se preparar para as mudanças, mas não há informação ou mediadores independentes para orientá-los nesse processo.

Bernardino, 85 anos, filho de Pimental

A moradora mais antiga de Pimental é Maria Bibiana da Silva, conhecida como Gabriela. Ela tem 105 anos. Em 2012, quando a reportagem de Pública visitou a vila de pescadores pela primeira vez, ela era uma das vozes preocupadas com a chegada da usina: "Não tenho gosto que essa barragem saia, mas uma andorinha só não faz verão". Dois anos depois, em novembro de 2014, voltamos a procura-la, mas a família interveio. Gabriela não pode mais nem ouvir falar sobre barragem. Sua pressão sobe, é arriscado para a saúde. Mas a percepção da matriarca continua aguçada e ela percebeu o tema da conversa com seu filho, Bernardino Silva Azevedo, 85 anos. De dentro do quarto, perguntava o motivo de nossa presença. A neta tentou desconversar, mas já era tarde: "é a tentação", a avó repetia, já agitada. Ela só se acalmou quando um neto disse que a reportagem estava lá para falar "das coisas boas" da comunidade.

Bernardino cumpre as vezes de contar a história da família, que é uma aula de Amazônia. Gabriela saiu do Ceará em 1917 com o pai rumo ao Acre, mas eles perderam a condução e ficaram no meio do caminho. Bernardino nunca estudou, a vida de trabalho começou aos 12 anos ao lado da mãe. Participou das diversas fases de exploração econômica da Amazônia: a da borracha, na Segunda Guerra Mundial; a da venda de peles de animais, após a decadência da borracha; e a do garimpo. Só parou porque sua saúde não lhe permitiu continuar. "Trabalho pesado é comigo mesmo. Já fiz de tudo. Só não fiz matar gente", ri, em referência a outra atividade ainda lucrativa na região: a pistolagem.

Agora, vive para ver mais uma era da economia de exploração da Amazônia, com a chegada

CONT.



das barragens. Como futuro, ele se vê morando com a mãe na cidade. Período ao qual espera sobreviver, nas suas palavras, de “beneficiozinho”.

#### Governo se recusa a ouvir os ribeirinhos

O Ministério Público Federal iniciou uma ação civil pública exigindo que o Ibama suspendesse o licenciamento da usina enquanto as empresas responsáveis pelos estudos ambientais (leia mais abaixo) não elaborasse um estudo para avaliar o impacto acumulado das sete usinas na bacia e não realizasse a consulta prévia às comunidades afetadas. A consulta consiste em levar informações sobre o empreendimento aos ribeirinhos e indígenas e ouvir quais são as suas demandas e preocupações. Em tese, o Ibama deveria levar esses argumentos em conta na hora do licenciamento, solicitando adaptações ao projeto de modo a reduzir os impactos negativos. Ou até mesmo vetar o empreendimento. A consulta é obrigatória, segundo a legislação brasileira com base na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário.

Mas a Advocacia Geral da União recorreu e a disputa foi parar no Superior Tribunal de Justiça quando o governo ativou o mecanismo da Suspensão de Segurança, o mesmo que garantiu o avanço de Belo Monte. Em vez da disputa seguir o trâmite normal da justiça, esse mecanismo aciona diretamente o STJ com o argumento de que a paralisação do licenciamento geraria “grave lesão à ordem, saúde, segurança e economia públicas”. O ministro Felix Fischer autorizou que o governo seguisse com o licenciamento, mas desde que consultando as populações locais: “o Governo Federal deverá promover a participação de todas as comunidades, sejam elas indígenas ou tribais, a teor do seu art. 1, que podem ser afetadas com a implantação do empreendimento, não podendo ser concedida a licença ambiental antes da sua oitiva”. Além dos ribeirinhos, há terras indígenas Munduruku que serão afetadas e até alagadas pela usina.

Apesar dessa decisão, a Secretaria-Geral da Presidência da República, órgão responsável pela consulta, não está consultando os ribeirinhos. Em reunião gravada pelos Munduruku em setembro, cujo vídeo foi revelado pelo blog Língua Ferina, representantes da Secretaria-Geral dizem a um líder de Montanha e Mangabal que a consulta só se aplica aos indígenas. “Esse processo que estamos fazendo na região se aplica aos indígenas. O que a gente está discutindo é fazer um processo informativo para Montanha e Mangabal, mas que não seria consulta”, diz Nilton Tubino, que era coordenador de Movimentos do Campo na gestão de Gilberto Carvalho. “O entendimento do governo federal hoje, para essa fase, é que quem é ouvido lá pela [convenção] 169 são os indígenas e quilombolas. Isso já tem referência. Comunidades tradicionais não se chegou a esse acordo ainda, dentro do governo, de como vai ser consultado e em que estágio”.

“Não há absolutamente nenhuma justificativa técnica ou jurídica para dizer que essa população ribeirinha não teria esse direito”, afirma o advogado Fernando Prioste, coordenador da ONG Terra de Direitos. “Esse entendimento do governo tem a ver apenas com conveniência política”.

CONT.



O argumento do governo também foi contestado pelo MPF. Em uma manifestação sobre a Ação Civil Pública sobre o caso, o procurador federal Luís de Camões Lima Boaventura critica a interpretação do governo: "beiradeiros, ribeirinhos e agroextrativistas são tão sujeitos de direitos da Convenção 169 quanto os indígenas e devem ter direito a uma consulta apropriada. Afirmar o contrário é mais uma vez incidir num discurso hegemônico, em que os diferentes modos de viver e se relacionar com a floresta são desconsiderados".

Procurada pela reportagem da Pública para explicar porque os ribeirinhos de Pimental e outras comunidades ribeirinhas não estão sendo consultados, a Secretaria-Geral da Presidência enviou a seguinte nota: "O governo federal está discutindo com as comunidades indígenas e ribeirinhas uma proposta de metodologia de consulta a estas comunidades da região da bacia do Tapajós. No último dia 30 de janeiro, a Secretaria-Geral se reuniu com representantes do povo Munduruku e da comunidade Montanha Mangabal, quando apresentaram ao governo uma proposta de consulta. Os documentos estão em análise pelo governo federal".

Apesar da falta de apoio do governo, a comunidade Montanha e Mangabal se organizou para montar o protocolo de consulta e aproveitaram a reunião entre a Secretaria e o povo Munduruku para entregar o seu documento. As outras comunidades a serem afetadas pela usina, porém, estão excluídas do processo. Como é o caso de Pimental, que reúne a maior concentração de ribeirinhos a serem removidos pela usina e nunca foi inserida no processo de consulta.

#### Falta de informação gera conflitos

A única comunicação entre os ribeirinhos e as empresas que conduzem os estudos é feita por um grupo que se apresenta como "Diálogo Tapajós", uma empresa de São Paulo contratada pelo consórcio que fez os estudos de impacto ambiental, o mesmo que tem interesse em construir a usina (leia mais abaixo). Em tese, o Diálogo é responsável por apresentar aos moradores os impactos que eles vão sofrer, preparando-os para a mudança e para a negociação com o empreendimento. Mas o grupo não tem autonomia para isso e acaba por não cumprir o seu papel.

"Eu não sei porque colocaram o nome 'diálogo', porque quando você faz uma pergunta, eles não respondem", diz Eudeir Azevedo. Ele elenca algumas das questões para as quais nunca teve resposta: "Pra onde nós vamos mudar? Quanto mais ou menos é que se paga por área afetada? Eles nunca sabem responder nada, então a gente pergunta: quem é realmente de fato a pessoa que a gente deve conversar? Mas nem isso eles dizem".

Em Pimental, a ação do Diálogo Tapajós tomou um contorno inusitado: o grupo que representa a usina virou "mediador" para aplacar conflitos criado pela própria usina entre membros da comunidade. Sem informações sobre os seus direitos, os moradores da vila se desentenderam sobre qual deveria ser a postura em relação ao empreendimento. O Diálogo Tapajós organizou um conselho para que os ribeirinhos se reunissem com a mediação da empresa.

CONT.



O discurso da empresa hoje é de que o grande problema de Pimental é a cisão dentro da vila, como se os moradores fossem responsáveis caso as condicionantes não forem cumpridas. Givanildo Rodrigues de Paula, coordenador de campo do Diálogo, cita o exemplo da usina de Belo Monte como uma referência. A hidrelétrica está prestes a iniciar a produção de energia, mas está longe de completar o conjunto de ações sociais condicionadas à licença, como a remoção dos moradores. "É comum, nas nossas reuniões, aparecer a fala de que eles [ribeirinhos do Tapajós] foram a Belo Monte e viram que as casas não estão sendo feitas do jeito que prometeram. Ao invés de alvenaria, estão fazendo pré-moldado, que é quente", diz Givanildo. "A gente coloca que o Diálogo não tem condição de garantir que aqui não vai ser dessa forma, mas que é um exemplo muito ruim e que a organização da sociedade civil tem que dar conta de evitar que isso aconteça aqui".

O desentendimento entre moradores de Pimental esquentou em 2010, quando, sem pedir licença, uma empresa de topografia contratada pela Eletrobras furou o chão da comunidade para fixar os primeiros marcos. "Quando um morador foi perguntar qual era o serviço, numa boa, o funcionário disse que não tinha que dar explicação pra ninguém porque tava lá mandado pelo presidente, que na época era o Lula", lembra Azevedo. Como o governo federal nunca se faz presente na vila, os moradores automaticamente acharam que o funcionário falava do presidente da associação de moradores, José Odair Pereira Matos, conhecido como C.A.K., e foram tomar satisfações com ele. Quando entenderam que o funcionário falava do presidente da república, um grupo se revoltou e destruiu o marco. A partir de então, a associação de moradores passou a proibir que os pesquisadores voltassem a pisar em Pimental. "Assim como eles têm o direito de dizer que a usina tem que sair, é um direito do ribeirinho defender o que é nosso", diz C.A.K.. "A gente não tá pedindo cesta básica, um novo lugar pra morar, a gente tá defendendo um direito nosso".

#### Ameaças e tentativas de suborno

Depois que assumiu uma postura mais combativa, C.A.K. diz que passou a receber intimações para recuar. Primeiro foram as ofertas de dinheiro. "Já recebi ligação do Rio de Janeiro, São Paulo, de meia hora, quarenta minutos. Já veio pessoas também em Pimental. Eles chegam falando em casa, carro e dinheiro no banco". C.A.K. garante que sempre cortou as propostas pela raiz, nunca deixou os interlocutores chegarem a valores concretos nem nunca aceitou os convites para ir conversar em outros estados.

Depois que recusar as ofertas, C.A.K. relata que começou a receber ligações com ameaças. Um dos seus parceiros levou um soco em uma reunião, a agressão veio de um morador da vila que era contra a postura combativa do grupo. Foi quando C.A.K. decidiu se afastar da associação. "Não é fácil ser liderança nessa região, até nossa família fica marcada". Apesar do afastamento, ele ainda integra o grupo de Pimental que tem a postura mais crítica em relação à usina. O novo líder da associação permite a entrada de pesquisadores na vila. Ele não pôde ser entrevistado pela reportagem pois estava fora, trabalhando no garimpo.

CONT.



Dentro da vila, a resistência foi vista com receio por alguns. Sem experiência em negociações, parte dos moradores tem medo que a postura os prejudique ainda mais, e preferem aceitar logo as compensações oferecidas. "Os empreendimentos usam as carências locais para impor o projeto, as pessoas acham que só terão acesso aos seus direitos se aceitarem a usina", afirma Arthur Massuda, membro da Artigo 19. A organização, que trabalha pelo acesso à informação e liberdade de expressão, realiza atividades na região para tentar informar a população sobre os seus direitos no processo com as usinas.

Depois de entrevistar mais de 30 famílias para tentar entender o discurso do grupo afetado que se declara "a favor" da usina, a reportagem de Pública se surpreendeu ao encontrar definições como a de Tatá, que se define como "contra-mas-a-favor". Ele explica com um riso nervoso: "sou do grupo a favor. Mas, se você me perguntar mesmo, na verdade eu sou contra". Como muitos, Tatá teme sofrer as consequências de enfrentar um empreendimento financiado pelo governo federal.

Mais do que dividida, a comunidade de Pimental está rendida pelo medo. Tatá cita o caso dos Munduruku, grupo mais organizado na resistência às hidrelétricas na Amazônia e que já sofreu retaliações por sua postura. Depois de expulsarem os pesquisadores da usina de sua terra, em março de 2013, algumas aldeias foram cercadas por barcos e helicópteros da Força Nacional de Segurança. A Expedição Tapajós, como o governo batizou a ação policial, visava "garantir o apoio logístico e a segurança" dos pesquisadores e ficou um mês na região. "Era como estar preso na aldeia", lembra Juarez Saw Munduruku, cacique da aldeia Sawré Muybu, que fica a poucas horas de Pimental. Sua aldeia virou o símbolo da resistência aos empreendimentos porque pode ter áreas alagadas pela usina, o que é inconstitucional (leia a reportagem A batalha pela fronteira Munduruku).

Mas Tatá quer distância da batalha travada pelos indígenas. Ele já formou seu veredicto: "Não vou me manifestar por nada, já estou grandinho demais pra estar apanhando, morrendo por aí. Não adianta. Você não pode lutar contra o governo federal. Se o governo federal quer, você tem que aceitar".

Mesmas empresas interessadas na usina são responsáveis pelos estudos de impacto

A relação de pouca confiança entre as empresas que conduzem os estudos de impacto e a população afetada se explica por um vício de origem no processo de licenciamento. As mesmas empresas interessadas em fazer as obras são as responsáveis pelos estudos de impacto ambiental e social e pela comunicação com a população afetada.

"Tem, no mínimo, uma forte tendência de conflito de interesses", diz Brent Milikan, diretor do programa Amazônia da International Rivers, que monitora o modo como o governo brasileiro conduz o licenciamento das hidrelétricas. "Estamos falando de impactos sobre um patrimônio público e a legislação estabelece que tem de ter medidas de mitigação e compensação. Mas isso, para as empresas, se traduz em gastos".

CONT.



Brent aponta o papel “contraditório” da Eletrobras nesse processo. A empresa de capital aberto que é controlada pelo governo federal lidera o consórcio de empresas interessadas em construir a usina, composto por Camargo Correa, EDF, Copel, Cemig, GDF Suez, Endesa e Neoenergia. Brent aponta que, ao invés de ser o fiel da balança do interesse público nesse processo, a Eletrobras lidera o consórcio “como uma empresa privada, focada em maximizar o lucro”. Pior, ela atuaria dentro do governo para pressionar e “intimidar” o órgão licenciador (Ibama) a aprovar os estudos e liberar o licenciamento.

No caso das usinas de São Luiz do Tapajós e Jatobá, o consórcio liderado pela Eletrobras contratou os serviços da CNEC Worley Parsons, empresa australiana que comprou a CNEC, consultoria técnica da Camargo Corrêa. A Worley Parsons, mesma que executa as obras de compensação social de Belo Monte, foi a responsável pelo levantamento dos impactos ambientais e sociais das usinas do Tapajós.

O Ministério Público Federal apontou uma omissão grave nesses estudos, que motivou uma ação civil pública contra o Ibama e quase paralisou todo o processo de licenciamento: a análise das usinas foram feitas de forma isolada, sem uma avaliação que medisse o conjunto de impactos das sete usinas na bacia. Além disso, o licenciamento estava chegando ao final sem que a população afetada fosse consultada. A data do leilão chegou a ser anunciada pelo Ministério de Minas e Energia, que dias depois suspendeu o anúncio.

Depois que a justiça federal exigiu, a Avaliação Ambiental Integrada ficou pronta em menos de três meses. Foi criticada por ambientalistas por ter sido feita às pressas e por ter se baseado em dados secundários. “O simples fato do estudo ser produzido pelas empresas interessadas deixa a informação viciada e limitada. Vira uma propaganda do empreendimento”, afirma Arthur Massuda, da Artigo 19.

A população de Pimental nunca foi consultada sobre a usina que pode ser construída sobre o solo onde a vila está há pelo menos 120 anos.

Publicado originalmente na Agência Pública.



## **Campanha nacional contra o uso de agrotóxicos promoverá seminário em Mato Grosso**

SÍTIO EXPRESSO MT, 16.02.2015

*O evento servirá também para divulgação de pesquisas sobre as consequências do uso de agrotóxicos em Mato Grosso, em especial do glifosato utilizado abusivamente na pecuária, na agricultura e até em áreas indígenas.*

A movimentação nacional "Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida" promoverá, no dia 7 de abril deste ano em Cuiabá, um seminário para discutir as ações que a Campanha realizará em 2015 em Mato Grosso. A data foi escolhida porque, além de ser o Dia Mundial da Saúde, marcará os quatro anos de luta do movimento no combate ao uso de agrotóxicos no País.

Na programação do Seminário em Cuiabá será apresentado o planejamento que os membros e entidades que compõem a "Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida" elaborarão durante o Encontro Nacional que ocorrerá no final deste mês, no Rio de Janeiro. Entre os temas que serão discutidos na cidade carioca está a participação do movimento na 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e na terceira fase da Conferência Nacional de Saúde, ambas ocorrerão em Brasília, no próximo mês de novembro.

Segundo a agrônoma Franciléia de Paula, líder regional da Campanha em Mato Grosso, o seminário discutirá a questão política que envolve o uso de agrotóxico no Brasil, tendo em vista que 50% do Congresso Nacional é composto pela bancada ruralista que há décadas vem apoiando o modelo de agricultura baseado no uso de plantas transgênicas e de agrotóxicos. Apoio que traz consequências desastrosas para saúde da população brasileira e para o meio ambiente.

O evento servirá também para divulgação de pesquisas sobre as consequências do uso de agrotóxicos em Mato Grosso, em especial do glifosato utilizado abusivamente na pecuária, na agricultura e até em áreas indígenas. Estudos internacionais recentes apontam que o glifosato pode danificar embriões, causar câncer e alterações hormonais, como o retardamento da puberdade em adolescentes, a afirmação é de Heike Moldenhauer, especialista em transgênicos da Federação para o Meio Ambiente e Proteção da Natureza da Alemanha (Bund).

Erlon Bispo, coordenador do Espaço Vitória - projeto patrocinada pela Petrobras que incentiva a agroecologia - espera que a exemplo do seminário da "Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida" realizado ano passado na UFMT, a programação do evento deste ano mostre novamente a viabilidade das inúmeras iniciativas que propõe, "a transição do modelo convencional, baseado na ocupação de pouca mão de obra, uso intensivo de máquinas e produtos químicos, para o modelo agroecológico praticado em pequenas propriedades, com capacidade de empregar mais mão de obra, dinamizar economias e abastecer o mercado com alimentos saudáveis, produzidos de maneira cooperativa e sustentável". Iniciativas que, segundo Erlon Bispo, vem obtendo bons resultados em todo o País.



## **Petistas defendem 'fortalecimento' e reivindicam comando do órgão**

SÍTIO ISA, 16.02.2015

*Petistas defendem 'fortalecimento' e reivindicam comando do órgão*

*Deputados dizem ser preciso dar mais peso à Funai para enfrentar ruralistas e indicam ex-senador do Amazonas*

Roldão Arruda

O PT tenta emplacar com a presidente Dilma Rousseff o comando da Fundação Nacional do Índio (Funai). A reivindicação parte principalmente de petistas da região Norte, onde se concentram 98,7% das áreas indígenas demarcadas no País. O nome indicado pelo partido é o do ex-senador amazonense João Pedro.

Em 2006, o petista foi eleito suplente do senador Alfredo Nascimento (PR-AM). Ele exerceu o mandato entre 2007 e 2011, período em que o titular esteve à frente do Ministério dos Transportes. Como senador, João Pedro presidiu em 2009 uma CPI da Petrobrás cujo relatório final isentou a estatal de irregularidades. No ano passado, ele foi candidato a deputado federal, mas não se elegeu.

O deputado Sibá Machado (AC), líder da bancada do PT na Câmara, é um dos defensores da indicação de João Pedro para a presidência da Funai. "Ele tem experiência e está preparado", afirmou. Para o líder do PT, a Funai precisa ser fortalecida. O deputado observa que há uma extensa pauta de assuntos indígenas que precisam ser discutidos e que não envolvem necessariamente novas demarcações, como projetos de desenvolvimento sustentável das terras já demarcadas.

O mais preocupante, porém, de acordo com Sibá Machado, é a retomada na Câmara do Projeto de Emenda Constitucional n.º 215 (PEC 215), que objetiva transferir para o Legislativo as funções relacionadas à demarcação de terras no País. "A aprovação de uma lei como essa significa abrir a porta do inferno para os povos indígenas", disse. "Temos que evitar a qualquer custo que seja aprovada na Câmara. Também temos que ter um presidente forte na Funai."

O deputado Nilto Tatto (PT-SP), da frente parlamentar em defesa dos interesses dos índios, também prega o fortalecimento da Funai. "Pela configuração do Congresso nessa legislatura, é importante ter um nome de peso e com boa interlocução com o movimento indígena."

Ruralistas. Um nome de peso na Funai pode, no entanto, causar problemas para Dilma. O enfraquecimento do órgão em seu governo, segundo observações de ONGs que atuam em defesa dos grupos indígenas, está relacionada a dois fatores.

CONT.



De um lado, Dilma quer evitar atritos com a bancada ruralista, que se opõe a novas demarcações de terras. A indicação da senadora e líder ruralista Kátia Abreu (PMDB-TO) para o Ministério da Agricultura é vista como indicação clara do esforço para se aproximar dessa bancada.

De outro lado, a presidente sempre viu com restrições a atuação dos movimentos indígenas nas áreas da Amazônia em que estão sendo construídas hidrelétricas. Em maio de 2013, a então ministra da Casa Civil Gleisi Hoffmann defendeu a inclusão dos Ministérios da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e das Cidades, além da Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola (Embrapa), entre os órgãos a serem ouvidos nos relatórios para demarcação de terras, hoje atribuição exclusiva da Funai.

Quando assumiu a Presidência em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva indicou para a Funai o indigenista Eduardo Aguiar de Almeida, sob a tarefa de levar adiante as políticas que o PT havia proposto na campanha para os povos indígenas. Logo começou a enfrentar pressões, especialmente de setores do PMDB ligados aos ruralistas. Ficou no cargo sete meses.

Os outros dois indicados por Lula, os antropólogos Mércio Gomes e Márcio Meira, duraram mais. O segundo ficou cinco anos no cargo e foi o presidente mais longo da Funai.

OESP, 16/025/2015, Política, p. A4

<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,petistas-defendem-fortalecimento-e-reivindicam-comando-do-orgao,1634982>



## **Efeitos da demarcação**

SÍTIO ISA, 17.02.2015

Fonte: OESP, Notas e informações, p. A3

O Estado de S.Paulo

Em março de 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF) pôs fim a uma longa batalha judicial a respeito da demarcação da reserva Raposa-Serra do Sol, em Roraima. A mais alta Corte do País determinou que a demarcação da reserva deveria ser contínua e que os não índios deveriam desocupar imediatamente o local. Quase seis anos depois, os efeitos da decisão do STF no Estado de Roraima são notórios. Conforme reportagem do Estado, a produção agrícola caiu, aumentou o funcionalismo público e cresceram os repasses federais. Ou seja, a região enfraqueceu-se economicamente e está mais dependente da União, trilhando o caminho inverso do que era de esperar.

Alvo de disputa desde os anos 70, a terra indígena Raposa-Serra do Sol foi declarada em 1998 de posse permanente indígena por meio de portaria do Ministério da Justiça, o que desencadeou diversos processos judiciais questionando a decisão. Em 2005, o presidente Lula homologou novamente a reserva, mas a contenda jurídica não cessou. Seria finalizada pelo STF apenas em 2009, quando se estabeleceu que a reserva deveria ser contínua, determinando a saída imediata dos agricultores não indígenas. Ficava assim definido que a população indígena da área - em torno de 20 mil pessoas, na época - teria direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e das utilidades existentes na reserva, uma área com aproximadamente 1,7 milhão de hectares e perímetro de mil km.

Como era previsível, o Estado de Roraima, que atualmente tem metade da sua área destinada a reservas indígenas, vem sofrendo as consequências da demarcação da Reserva Raposa-Serra do Sol. Com a expulsão dos agricultores, a exportação agrícola do Estado caiu pela metade. Em 2006, a produção agrícola totalizava US\$ 16,4 milhões. Em 2013, o valor já não ultrapassava US\$ 8 milhões. Essa queda não deixa de ser um reflexo da diminuição da área dedicada à agricultura. Por exemplo, em 2009, 22 mil hectares de terra eram utilizados para a plantação de arroz. Em 2010, eram apenas 9 mil hectares.

Com a diminuição da sua capacidade produtiva, o Estado de Roraima ficou ainda mais dependente do governo federal, necessitando de maiores repasses. Em 2009, os repasses da União foram de R\$ 1,8 bilhão. Em 2013, totalizaram R\$ 2,4 bilhões.

Com a demarcação, a situação econômica e social de muitas pessoas - índias e não índias - se tornou precária. Não poucos índios se tornaram mendigos. Para alguns comerciantes, a solução foi migrar para a Guiana, como forma de escapar de entraves burocráticos em

CONT.



Roraima. Segundo comerciantes brasileiros instalados na Guiana, ouvidos pela reportagem do Estado, a demarcação da reserva aumentou as exigências burocráticas; por exemplo, a apresentação de documentos de posse de terras para obter crédito e empréstimos no banco. Um servidor público relata também que, "com a saída dos arroteiros, a cidade perdeu economia. E o contrabando (de gasolina, oriunda da Venezuela) virou meio de vida aqui".

Algumas ONGs internacionais, que tiveram participação expressiva no processo judicial da demarcação de terras contínuas da Raposa-Serra do Sol, continuam atuantes na área e batalhando pela não integração dos índios, já que entendem ser a integração um processo radicalmente desigual. No entanto, para o antropólogo Edward Luz, ex-consultor da Funai, a proposta de muitas das ONGs é um retorno ao passado e, com isso, "povos indígenas brasileiros são impedidos de produzir, explorar as riquezas de suas terras, e passam a viver na miséria. (...) Isso sem falarmos das mulheres, que são submetidas a abusos de toda ordem sem que os homens sejam punidos".

Os desafios da reserva indígena Raposa-Serra do Sol são inúmeros. E levantam sérias dúvidas a respeito da capacidade do Estado, seja em qual esfera for, para resolvê-los. O respeito aos índios vai muito além da demarcação de terras exclusivas, e não necessariamente passa por demarcá-las sempre. Casos complexos dificilmente são resolvidos com soluções únicas predefinidas.

OESP, 17/02/2015, Notas e informações, p. A3

<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,efeitos-da-demarcacao-imp-,1635514>



**Dos 20 territórios quilombolas titulados em 2014, nenhum é no ES**

SÍTIO SÉCULO DIÁRIO, 17.02.2015

*Aracruz Celulose (Fibria) e fazendeiros manobram para impedir devolução das terras usurpadas da comunidade negra*

Ubervalter Coimbra

Os quilombolas do Espírito Santo continuam a ver navios enquanto esperam a titulação de suas terras. Dos 20 territórios quilombolas titulados no País no ano passado, nenhum é capixaba. O balanço é da ONG Comissão Pró-Índio, de São Paulo.

No Espírito Santo, oito processos estão em andamento para titulação, porém são alvos de sucessivas manobras protelatórias da Aracruz Celulose (Fibria), principalmente, e de fazendeiros, para impedir a devolução das terras aos seus verdadeiros donos.

O primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff repetiu a lentidão que marcou as gestões de seus antecessores, Lula e Fernando Henrique Cardoso, nos processos de titulação dos territórios quilombolas.

Nos estados onde houve titulação dos territórios quilombolas houve decisiva ação dos governos locais em pelo menos 13 das 20 titulações do ano passado: dez na Bahia, duas no Maranhão e uma no Pará. Agora são 154 as terras quilombolas tituladas em todo o Brasil, 80% delas regularizadas pelos governos estaduais.

Para a Comissão Pró-Índio, a morosidade no processo de titulação das terras quilombolas é reflexo dos complexos caminhos que envolvem a desapropriação de imóveis incidentes nos territórios quilombolas. E, ainda, das crescentes contestações judiciais dos processos em diferentes fases, como ocorre no Espírito Santo.

A entidade lembra que os processos em que os relatórios de identificação estão prontos, tecnicamente aprovados, mas que não são publicados, como ocorre com as terras indígenas.

No Espírito Santo, além da Aracruz Celulose, que explora desde a ditadura militar os territórios quilombolas em Sapê do Norte, formado pelos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, há ainda ocupação das terras por usinas de cana de açúcar e álcool e fazendeiros.

A lentidão nos processos no Estado motivou ação civil pública do Ministério Público Federal (MPF-ES), ajuizada no ano passado, para garantir a regularização do território de São Domingos. O processo estava pronto para julgamento, última fase da publicação da portaria, desde janeiro de 2012. Em setembro último, porém, foi anulado pela Justiça Federal.

CONT.



Outro território, Linharinho, também no norte, teve seu Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) concluído este ano, graças a inquérito civil do MPF instaurado para apurar a excessiva demora na regularização. Este é o segundo procedimento que visa à regularização das terras. O primeiro, iniciado ainda em 2004, foi anulado pela Justiça, após recurso da Aracruz.

O Ministério Público instaurou, ainda, outros cinco inquéritos para acompanhar a situação das comunidades de Roda D'Água, Bacia do Angelim e São Domingos, localizadas em Conceição da Barra; e São Jorge e Serraria/São Cristóvão, em São Mateus, bem como o processo de delimitação de suas áreas.

Enquanto não têm suas terras regularizadas, os quilombolas não conseguem produzir alimentos para subsistência de suas famílias, nem manter sua cultura tradicional. Ilhados pelos eucaliptais, enfrentam quadro de miséria, resultado dos impactos ambientais e sociais gerados pela monocultura do eucalipto no norte do Estado, plantados pela Aracruz Celulose (Fibria).

As titulações do ano passado beneficiaram 21 comunidades (3.128 famílias) e somam 26.637 hectares. No balanço da Comissão Pró-Índio, em 2014 o Incra titulou apenas sete terras quilombolas, todas parcialmente. Permanecem no aguardo de conclusão pelo Incra mais de 1.400 processos. A população quilombola no país é de 214 mil famílias segundo estimativa da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

Os territórios quilombolas capixabas que estão sendo titulados estão nos municípios de Conceição da Barra, Cachoeiro de Itapemirim, Santa Leopoldina, Ibiraçu, e em São Mateus.

### **Cruzeiro do Sul amplia frota de barcos para atender ribeirinhos**

SÍTIO AC 24 HORAS, 17.02.2015

A prefeitura de Cruzeiro do Sul vai ampliar a frota de barcos para atender as comunidades ribeirinhas do município. O prefeito Vagner Sales (PMDB) autorizou a abertura de licitação para a aquisição de mais 10 barcos para o transporte da produção agrícola dos produtores espalhados ao longo dos rios da segunda maior cidade do Acre.



A frota sai de 14 para 24 barcos que darão suporte aos pequenos produtores. A iniciativa faz parte do programa de incentivo ao setor produtivo, criado no início do primeiro mandato de Vagner Sales. "Os programas de incentivo garantem variedade de produtos, preços baixos no mercado consumidor e renda certa para o produtor", destaca Sales.

Segundo o prefeito, a ideia é ampliar ainda mais a oferta de transporte para escoar a produção, a prefeitura mantém a meta de promover o incentivo à população ribeirinha que tem a certeza de que pode plantar e produzir mais, com a garantia de transporte assegurada por barcos e caminhões, tanto nos rios, quanto nos ramais.

"Estamos levando cidadania aos nossos irmãos que estiveram esquecidos ao longo de administrações anteriores, abandonados à própria sorte, sem nenhum incentivo ou motivação para produzir. Não garantimos apenas o barco para o transporte, também investimos na qualificação dos produtores com novas técnicas de produção", enfatiza Sales.

A prefeitura garante ainda implementos agrícolas e apoio técnico, através da Secretaria Municipal de Agricultura. "Este apoio tem proporcionado abastecimento ao mercado local, com mais variedade de produtos e o que é mais importante: um preço acessível ao consumidor. Por isso, estamos autorizando mais investimentos no setor", finaliza Vagner Sales.

**CIR: “O bode no circo da Saúde Indígena”**  
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.02.2015



O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena completa em 2015 seus vinte e dois anos de existência. Podemos identificar claramente o seu nascimento na segunda Conferência Nacional de Saúde Indígena, realizada em todo o país ao longo do ano de 1993. O movimento indígena acumulou forças durante as etapas locais e regionais, e irrompeu com uma energia insuspeitada em outubro na etapa nacional em Luziânia, quebrando todos os paradigmas da burocracia, tecnicismo e dominação política construídos pelo estado brasileiro na área da saúde através dos séculos de colonialismo.

Os grupos políticos e empresariais que se apossaram do modelo e da gestão dos Distritos Sanitários Indígenas a partir de 2003 com o advento do governo Lula conseguiram desconstruir progressivamente todos os instrumentos da autogestão na Saúde Indígena, duramente conquistados pelo movimento indígena através de suas legítimas organizações. O orçamento foi aumentado em mais de cinco vezes durante este período, do qual obviamente em torno da metade passou a ser desviado pela corrupção e roubalheira desenfreada, e sem qualquer sombra de um efetivo controle social.

Com a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) em 2010, concebida pelo movimento indígena para ser um momento de inflexão nesta escalada da falta de vergonha nacional, o desastre da gestão da saúde indígena (ou da falta dela) chegou a um clímax jamais imaginado. Mesmo com um orçamento muito elevado, que ainda sobra do descalabro e da corrupção, não existe nenhum compromisso ou vontade política do governo em resolver os crescentes problemas, ou ao menos permitir que o movimento da saúde indígena retorne ao seu fluxo natural, de onde nunca deveria ter saído.

Para este ano de 2015, a continuação desta tragédia já está anunciada. Mesmo contra o posicionamento incisivo do Ministério Público, da Justiça Federal, e da unanimidade do movimento indígena através de suas autênticas e legítimas organizações, o governo promete mover todos os esforços para colocar mais um 'bode na sala', ou no circo, o malfadado Instituto Privado de Saúde Indígena, o INSI. E isto justamente no ano em que acontece a segunda Conferência Nacional de Política Indigenista (na prática, a primeira), proposta e promovida pelo autêntico movimento indígena. Será?

Boa Vista – Roraima, 17 de fevereiro de 2015.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 29/2015

Brasília, 18 de fevereiro de 2015.

**Vozes Indígenas, sobre povos ameaçados de extinção, será o projeto da América Latina na 56ª Bienal de Veneza**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.02.2015



Por Lara Schneider

Vai ter muita coisa bacana na 56ª Bienal de Veneza (09/05 a 22/11/2015)! No Pavilhão da América Latina (IILA – Instituto Italo-Latinoamericano), vai acontecer o projeto Vozes Indígenas. O texto da curadoria ressalta o fato de existir uma população indígena com aproximadamente 28 milhões de pessoas, na América Latina; e aponta a variedade de idiomas falados pelos povos originários e o fato de muitos desses idiomas estarem desaparecendo. Vozes Indígenas é alicerçado nisso: no resgate do idioma. Para tanto, foram selecionados artistas com vínculos junto ao legado linguístico indígena e esses artistas levaram 14 idiomas, não apenas por sua relevância histórica e cultural, ou do seu grupo étnico, mas pensando no risco de extinção a que essas línguas estão expostas.

Os indígenas brasileiros estarão presentes através dos dois trabalhos exemplificados abaixo “Uma voz e um corpo que fala”, de Adriana Barreto, sobre os Sateré-Maué da Amazônia; e o de Paulo Nazareth, sobre os Kaiowá de Mato Grosso do Sul. Mais informações sobre os artistas participantes, idiomas, obras, textos e áudio (com as línguas indígenas que estão no projeto), [AQUI](#). Texto da Curadoria, [AQUI](#).

[Adriana Barreto – Venice Biennale 2015 – Latin America from Universes in Universe on Vimeo.](#)  
[Paulo Nazareth – Venice Biennale 2015 – Latin America from Universes in Universe on Vimeo.](#)

## **Quilombolas destacam ajuda do governo na conquista de direitos**

SÍTIO PORTAL VERMELHO, 18.02.2015

*O quilombola José Orlando, 48 anos, não esconde a emoção de ver preservados os valores e a cultura de seus antepassados. O pescador conta que antes da chegada das políticas públicas, a região, localizada no sertão de Sergipe, vivia em conflito. "Foi graças ao Governo Federal que tivemos reconhecido o direito à terra, que a gente nem sabia que tinha. Com ela, vieram outros benefícios, como o crédito do Pronaf", afirma.*



No quilombo Ilha da Marambaia (RJ), a titulação coletiva, em 2014, garantiu aos povos tradicionais da região mais moradia e preservação da biodiversidade local.

O reconhecimento territorial de Lagoa de Campinhos, onde José vive com a família, começou em 2007. O título definitivo chegou em 2013 juntamente a outras iniciativas, como o Água para Todos e a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), além de recursos para identificação e delimitação de terras quilombolas.

Atualmente, a comunidade tem delimitado mais de 1,2 mil hectares, dedicados ao cultivo de frutas, hortaliças, piscicultura e apicultura. "Depois de muito sofrer, estamos no céu. Até nossos filhos, acostumados a procurar oportunidades na cidade, estão retornando para cá", comemora.

CONT.



#### Outras comunidades

A regularização fundiária de áreas quilombolas também beneficiou outras comunidades, proporcionando acesso às políticas públicas, qualidade de vida e incremento de renda a milhares de famílias. No quilombo Ilha da Marambaia, no estado do Rio de Janeiro, por exemplo, a titulação coletiva, assinada em 2014, garantiu aos povos tradicionais da região mais moradia e preservação da biodiversidade local.

O mesmo ocorreu no território quilombola Invernada Paiol de Telha, no Paraná, reconhecido oficialmente em 2014. Com a portaria de delimitação do território, a comunidade terá aproximadamente 1,5 mil hectares de terra para viver e produzir, o que vai beneficiar 300 famílias que passam a acessar políticas voltadas aos quilombolas, além daquelas de fomento à produção familiar.

#### Feito Histórico

Esses exemplos fazem parte de um feito histórico. Nos últimos quatro anos, o Governo Federal fez pelas comunidades e povos tradicionais mais do que foi realizado em toda a história do País. Só em 2014, foram 15 portarias de reconhecimento de territórios quilombolas, que beneficiaram famílias com terra, acesso às políticas públicas, qualidade de vida e incremento de renda.

Uma das principais conquistas das comunidades quilombolas foi a criação da Mesa Nacional de Regularização Fundiária Quilombola, em 2013. Ela representou uma nova abordagem para lidar com o reconhecimento dos territórios quilombolas, com participação efetiva de movimentos sociais e entidades que participam da regularização fundiária.

Eles se reúnem periodicamente para avançar no reconhecimento dos direitos dos povos tradicionais, com maior transparência e uma melhor pactuação de estratégias entre os envolvidos.

Do Portal Vermelho

De Brasília, com informações do MDA



---

**DPU pede que Incra acelere delimitação de território quilombola na Bahia**  
SÍTIO CONSULTOR JURÍDICO, 18.02.2015

Em Ação Civil Pública ajuizada na quarta-feira passada (11/2) contra o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a Defensoria Pública da União na Bahia pede que o órgão dê prosseguimento célere ao processo administrativo de identificação e delimitação do território ocupado pela Comunidade do Quilombo de Graciosa, localizado no município de Taperoá, Baixo Sul baiano.

De acordo com o defensor federal Átila Ribeiro Dias, titular do Ofício de Direitos Humanos e Tutela Coletiva, apesar de o pedido ter sido feito há dois anos, o processo administrativo só foi instaurado em outubro passado. Já a certificação da comunidade como remanescente de quilombo teria sido feita pela Fundação Palmares e publicada no Diário Oficial da União há quase sete anos.

“Trata-se de uma comunidade pesqueira quilombola, situada no Baixo Sul do Estado da Bahia, que depende dessas terras ocupadas para sobreviver. O processo administrativo encontra-se inerte, nada foi feito desde a sua abertura. A demora do Incra em dar prosseguimento viola os princípios da duração razoável do processo, da razoabilidade e da eficiência”, afirmou o defensor.

Enquanto isso, segundo Dias, a comunidade vem sofrendo com os impactos negativos da especulação imobiliária sobre a área, inclusive com a venda de lotes à beira do manguezal utilizado por eles para atividades de subsistência.

Na ação com pedido de liminar, a DPU solicita ainda que a Justiça determine a apresentação de um cronograma de início e conclusão do processo administrativo no prazo máximo de 30 dias ou em prazo que o juízo entenda ser razoável. Com informações da Assessoria de Imprensa da DPU.

## Rios de RO transbordam novamente e moradores têm que deixar casas

SÍTIO GLOBO.COM, 18.02.2015

Cerca de 30 famílias de Cacoal foram removidas das casas nesta quarta, 17. Forte chuva na segunda, 16, já havia afetado município e alagado residências.

Após a alagação na noite de segunda-feira (16), os moradores ribeirinhos de Cacoal (RO) foram surpreendidos mais uma vez com a cheia do Rio Pirarara e do Córrego Salgadinho. Por volta das 7h30 desta quarta-feira (18), a água começou a transbordar novamente, invadindo residências e interditando a passagem. Segundo a Secretaria de Ação Social, cerca de 30 famílias já foram retiradas de suas residências e levadas para a Escola Estadual Clodoaldo Nunes de Almeida.



Água levou cobra até a entrada da casa de Eliel  
(Foto: Magda Oliveira/G1)

Até agora, os pontos mais atingidos pela cheia ficam próximos da ponte entre a avenida Sete de Setembro com Arthur Costa e Silva, no bairro Village do Sol, e da ponte do Jardim Saúde. Além da água barrenta, a enchente arrasta entulhos e animais peçonhentos. O faqueiro Eliel Brum, de 31 anos, que teve a casa atingida pela alagação, foi surpreendido na entrada do imóvel por uma cobra, aparentemente jiboia. "Ela tem 1,60 metro de comprimento, porque eu medi, e pesa em média 8 quilos. Eu peguei, pois ela iria entrar na minha casa e se perderia no meio da água, mas logo que a capturei liguei para o Corpo de Bombeiros vir pega-la", conta.

O agricultor Vicente Alves dos Santos, de 50 anos, que vê o Rio Pirarara pelo quintal de sua residência diariamente, nesta quarta se viu obrigado a sair do imóvel com as duas filhas. A mudança foi carregada às pressas pelo caminhão cedido pela prefeitura. "Eu moro aqui há 28 anos, e quase todos os anos minha família passa por isso. Agora minha mudança está sendo levada para uma nova casa, longe do risco de alagamentos", disse Vicente.

A secretária de Ação Social, Mirian Lacerda, informou que, devido ao risco de uma possível cheia, as escolas do município e do estado já haviam sido requisitadas pela prefeitura, desde novembro de 2014. "Nós requisitamos igrejas e escolas, mas nesse primeiro momento vamos levar as famílias para as escolas, pois tem estrutura para recebê-las, como banheiros grandes e cozinhas. A secretaria está dando assistência e 12 caminhões da prefeitura estão disponíveis para carregar as mudanças", garantiu Mirian.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 29/2015

Brasília, 18 de fevereiro de 2015.

De acordo com o secretário de Meio Ambiente, José Aparecido Limeira, a cheia foi uma surpresa, já que, no início da manhã, o nível das águas estava normal. O secretário diz ainda que, apesar do monitoramento diário dos rios, não há como prever as mudanças climáticas que influem diretamente no comportamento das águas. "O nível normal do rio em período de seca é de 1,50 metro. Com essa cheia, acredito que os rios tenham subido cerca de 3 metros. Foi muito rápido", disse Aparecido.



## **Polêmica sobre 'marco da biodiversidade' continua no Senado**

SÍTIO BRASIL DE FATO, 18.02.2015

*Entidades ambientais consideram que texto aprovado na Câmara atende apenas ao capital privado, aos setores farmacêuticos e da indústria cosmética*

Por Hylda Cavalcanti

Da Rede Brasil Atual

A votação do Projeto de Lei (PL) 7735/14 – do Poder Executivo, que estabelece novas regras para a pesquisa e exploração do patrimônio genético de plantas e animais nativos do país – colocou de um lado deputados voltados para a defesa das comunidades tradicionais e, de outro, o lobby dos setores farmacêuticos e cosméticos. O texto, considerado um retrocesso pelos primeiros, segue agora para apreciação no Senado, onde tem prazo de 45 dias para a votação.

O projeto, anunciado como "marco da biodiversidade", é um facilitador para o acesso aos conhecimentos científico, indígena e tradicionais já acumulados, abre as portas para a criação de novos produtos a partir desses elementos, como a produção de medicamentos e cosméticos a partir de ervas.

O texto aprovado na Câmara incluiu uma emenda apresentada pelo PSC (partido de Marco Feliciano), que anistia algumas centenas de milhões de reais em multas anteriormente aplicadas por atividades irregulares praticadas por empresas em biomas brasileiros, a chamada biopirataria.

Em linhas gerais, o PL libera os laboratórios de autorização prévia em casos de apropriação de recursos naturais em terras indígenas e tradicionais, e estabelece que as empresas pagarão 1% de royalties ao governo pelo desenvolvimento do produto (podendo cair para 0,1%) e só depois de o produto entrar na fase de comercialização.

Para completar, o projeto limita a participação do governo em todos os processos de exploração do patrimônio natural do país, por meio de um conselho fiscalizador.

Entidades ambientais apontam que o PL – caso passe pelo Senado e seja sancionado por Dilma como se encontra – servirá exclusivamente aos interesses diretos de empresas nacionais e multinacionais.

CONT.



## Soberania e dívidas

"Não somos contra a pesquisa ao nosso patrimônio genético por estrangeiros, mas entendemos que tal pesquisa deveria estar vinculada à participação nacional. Precisamos garantir a defesa da soberania nacional e o avanço do conhecimento tecnológico brasileiro para não repetir erros históricos das patentes feitas por entes externos e ver nossa biodiversidade na mão de outros", discursou, durante a votação, a deputada Luciana Santos (PCdoB- PE) – uma das mais resistentes à aprovação do texto.

Luciana apresentou uma emenda ao PL para determinar que a pessoa jurídica sediada no exterior só poderia acessar patrimônio genético ou conhecimento tradicional, assim como a remessa de material ao exterior, se fosse associada a alguma instituição nacional de pesquisa científica e tecnológica. Sua emenda, no entanto, foi rejeitada.

Os deputados Chico Alencar (Psol-RJ) e Sibá Machado (PT-AC, líder do partido na Câmara), também tiveram suas emendas rejeitadas. Paraense que viveu a vida inteira no Acre e conhecedor da realidade da Amazônia, Machado propôs a mudança da regra de isenção de pagamento de royalties pelo acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado realizado antes de junho de 2000, quando a MP 2.186-16/01 disciplinou o tema pela primeira vez. De nada adiantou: a isenção continuou sendo mantida no teto.

O único destaque aprovado pelo plenário, que partiu de uma emenda apresentada pelo PSC, reinclui no texto um trecho do projeto original vinculando o perdão de dívidas com multas ao cumprimento de um "termo de compromisso da regularização do acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado realizado em desacordo com as regras atuais". Nada de mais simples: a empresa que for isentada do pagamento de multa terá que se comprometer a regularizar sua situação – o que nem precisaria ser incluído numa lei para ser determinado.

## Defesas

"Foi um verdadeiro banho que os deputados defensores do nosso patrimônio tomaram. Agora é trabalhar para ver o texto ser modificado no Senado, se é que isso é possível", afirmou Adriana Ferreira, do Instituto SOS Mata Atlântica, que acompanhou a votação.

Relator da matéria, Alceu Moreira (PMDB-RS), alegou que o objetivo do PL é "resolver a dificuldade observada hoje por várias empresas para cumprir as regras atuais", o que, segundo afirmou, as fazem desistir de incorporar produtos da biodiversidade brasileira em suas linhas de pesquisa ou substituir extratos e substâncias nativas por similares sintéticos ou plantas de outros países.

Moreira também contestou as acusações de que comunidades tradicionais não foram ouvidas. Argumentou que o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen) – a quem cabe dar

CONT.



autorização prévia para o início das pesquisas –, conforme colocou no seu relatório, terá de ser reformulado para assegurar maior representatividade da sociedade civil, com a composição dividida entre órgãos federais, setor empresarial, academia, população indígena, comunidades tradicionais e agricultores.

#### Processos

Embora a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, não tenha se pronunciado sobre a votação do "marco da biodiversidade", ela já afirmou anteriormente que o Executivo considera a legislação atual "confusa" e que considerava real a necessidade de uma nova regulação sobre o assunto.

A ministra costuma lembrar, em suas declarações, de alguns casos que terminaram em disputas na Justiça, como a ação movida contra a Natura por índios que vivem perto da fronteira com o Peru. A empresa foi acusada de não ter pedido autorização para o uso do conhecimento sobre o murmuru, planta que tem capacidade hidratante. O caso ainda vai ser julgado em definitivo pelo STJ.

Até ser totalmente definida, a questão ainda deverá ser alvo de ampla discussão pelos outros poderes e pela sociedade. Além de ainda poder provocar muitas outras ações na Justiça.



---

**Ministério Público pede agilidade na adoção de indígenas em MS**

SÍTIO GLOBO.COM, 18.02.2015

*Medida é para facilitar a adoção dessas crianças por famílias 'comuns'.  
Sugestão é considerada inédita em Mato Grosso do Sul.*

Em Dourados, a 214 km de Campo Grande, o Ministério Público pediu à Vara da Infância e Juventude para que autorize, e de forma rápida, a adoção de indígenas por famílias não índias. A sugestão é considerada inédita em Mato Grosso do Sul.

As crianças e adolescentes estão passando tempo demais nas casas de acolhimento, ultrapassando o tempo tolerado que é de dois anos. De acordo com o assessor jurídico da Vara da Infância e Juventude, Robson Moraes dos Santos, a adoção não acontece de uma hora para outra.

Atualmente, em Dourados existem quatro lares de acolhimento para crianças e adolescentes com um total de 62 acolhidos, destes 33% são indígenas. Muitas delas chegam nas unidades depois de passar por problemas familiares. Segundo a diretora do lar, Mônica Marin, algumas chegam machucadas, outras sofrem principalmente por problemas relacionados à dependência dos pais por álcool e droga.

As crianças deixadas nas casas de acolhimento aguardam a reestruturação da família ou vão para a fila de adoção. Por lei, as famílias indígenas têm prioridade. Segundo a antropóloga Beatriz Landa, é recomendado até ir para uma família da mesma etnia, assim elas sofrem menos, porque em famílias 'comuns' elas terão que se readaptar.



**Nota de apoio ao povo Kayapó mobilizado em Mato Grosso por melhorias na saúde indígena**

SÍTIO CIMI, 18.02.2015

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, instância nacional que congrega as organizações indígenas regionais: APOINME, COIAB, ARPINSUL, ARPINSUDESTE, COMISSÃO DE TERRAS GUARANI YVYRUPA, Conselho dos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul e ATY GUASU, vem de público manifestar o seu apoio aos povos indígenas de Mato Grosso, principalmente os Kayapó, mobilizados em defesa de melhorias no atendimento básico à saúde indígena, no âmbito do Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena (DSEI) – Kayapó, cuja sede na cidade de Colider está ocupada pelas lideranças há cerca de duas semanas, aguardando soluções por parte dos gestores da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI).

Os indígenas exigem do governo o atendimento às seguintes reivindicações:

- A exoneração da coordenadora do DSEI-Kayapó, Sanna Rochelli;
- O aumento do teto orçamentário do Dsei-Kayapó;
- O fornecimento de medicamentos nos postos das aldeias atendidas pelo DSEI;
- A retomada e conclusão das obras de construções nos postos de saúde das aldeias
- Agilidade na conclusão das obras do sistema de abastecimento de água nas aldeias.
- A resolução da capacidade insuficiente das casais de Peixoto de Azevedo e Colider, pois não há espaço para alojar dignamente os pacientes e acompanhantes.

As lideranças propõem reunião com o Conselho Distrital (CONDISI), com a participação de lideranças e caciques, mas o Secretário da SESAI avisou que só poderá assegurar a reunião depois do carnaval e com a condição de que os índios desocupem a sede do DSEI.

A situação da saúde indígena retratada nas reivindicações do povo Kayapó, lamentavelmente reflete um quadro que se repete em várias regiões do país e é preciso que a SESAI assuma a sua responsabilidade cumprindo rigorosamente a função para a qual foi criada. A morosidade indiferença e descaso mostrados pela SESAI tendem a piorar o quadro de desassistência e o acirramento de conflitos, desnecessários se o atendimento fosse realizado conforme a real necessidade dos povos indígenas.

Brasília – DF, 14 de fevereiro de 2015.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL - APIB



**SBPC manifesta ressalvas ao PL 7735/2014**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.02.2015

*A SBPC não concorda com o texto aprovado na Câmara dos Deputados. Defende que toda pessoa jurídica estrangeira que quiser acessar componente do patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado, deve se associar a uma ICT nacional e assinar o Acordo de Repartição de Benefícios como condição para obter uma autorização de acesso ao patrimônio genético brasileiro.*

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) vem a público manifestar sua posição quanto ao Projeto de Lei 7735/2014, do Poder Executivo, que tramita em regime de urgência, e foi aprovado na Câmara dos Deputados.

A SBPC representa cerca de 130 sociedades científicas das áreas biológicas, exatas, humanas e tecnológicas. Desde sua fundação, em 1948, exerce um papel importante na expansão e no aperfeiçoamento do sistema nacional de ciência e tecnologia, na difusão e popularização da ciência, bem como na promoção da qualidade da educação no País. Sua missão é de contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, que atenda sobretudo às necessidades e aos interesses maiores da sociedade brasileira. Tem como valor o respeito aos direitos humanos, à ética, à diversidade cultural e à pluralidade da Ciência, representada pelas diferentes sociedades científicas.

Com base nisto, é que a SBPC reconhece que o Projeto de Lei trouxe avanços em relação à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico, retirando a necessidade de autorização prévia, desburocratizando a realização de P&D no país. Outro ponto positivo do PL 7735 foi a inserção da representação da sociedade civil no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) de forma plena.

No entanto, o PL 7735 trouxe também alguns dispositivos que precisam ser aperfeiçoados para que o Brasil tenha uma Lei que incentive a geração de conhecimento e o desenvolvimento de capacidades no País, estimule o uso de componentes do patrimônio genético em produtos e processos, proteja e respeite os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais em relação a seus conhecimentos tradicionais associados aos recursos genéticos.

Desde o início da discussão sobre a regulamentação do acesso a recursos genéticos, aos conhecimentos tradicionais associados e a repartição de benefícios, a SBPC participa ativamente, apresentando sugestões, com intuito de contribuir para a elaboração do marco legal nacional sobre o tema.

Na segunda-feira (9/02), o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o Substitutivo do relator, deputado Alceu Moreira e, deixou para o dia 11/02 a votação dos destaques (propostas de alterações do texto apresentadas pelos deputados). Somente um destaque foi aprovado, o que trata da suspensão de sanções administrativas e redução da multa devida até



90%, no caso de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado em desacordo com as regras atuais.

Um dos destaques rejeitado foi o da deputada Luciana Santos, que exigia que toda pessoa jurídica estrangeira se associasse à instituição científica e tecnológica (ICT) nacional, pública ou privada.

Atualmente, qualquer instituição/empresa estrangeira que queira acessar componente do patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado tem que ser associada a uma ICT nacional. Com a rejeição do destaque da deputada, e manutenção do texto do Substitutivo, esta exigência deixa de existir, colocando em risco a soberania nacional, e o patrimônio de todo povo brasileiro.

A SBPC não concorda com o texto da forma que ficou. Defende que toda pessoa jurídica estrangeira que quiser acessar componente do patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado, deve se associar a uma ICT nacional e assinar o Acordo de Repartição de Benefícios como condição para obter uma autorização de acesso ao patrimônio genético brasileiro.

É importante salientar que outros países, incluindo países megadiversos da América Latina, exigem que instituições estrangeiras tenham vínculo com instituição de pesquisa nacional, de modo a proteger interesses do país provedor de recursos genéticos.

A SBPC também não concorda com diversos dispositivos relacionados aos conhecimentos tradicionais associados e aos direitos dos povos indígenas e conhecimentos tradicionais, detentores de tais conhecimentos, pois ferem direitos assegurados pela Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), convenções essas ratificadas pelo Brasil, e reconhecidos pela Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

O PL aprovado, em várias situações nas quais o conhecimento tradicional associado é acessado, isenta da repartição de benefícios sem consultar o povo/comunidade, contrariando os dispositivos das referidas convenções e do próprio PL, que garante a participação dos mesmos na tomada de decisão quanto ao uso sustentável de seus conhecimentos tradicionais associados e quanto à repartição de benefícios oriundos do acesso ao conhecimento tradicional associado (art. 8º § 1º e no art. 10 incisos III e IV ).

O texto aprovado segue agora para o Senado Federal, também em regime de urgência, o que quer dizer que o Senado terá 45 dias para analisar o projeto, antes que ele tranque a pauta do Plenário.

Temos a esperança que os senadores corrijam as distorções aprovadas pela Câmara, e aperfeiçoe o projeto de lei, fazendo justiça aos povos/comunidades, garantindo seus direitos, e protegendo os interesses nacionais em relação ao desenvolvimento científico e tecnológico, sem abrir mão, no entanto, dos avanços alcançados até o momento.

**O pescador sem rio e sem letras**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.02.2015

*À beira de Belo Monte, uma história pequena numa obra gigante. Que tamanho tem uma vida humana?*



por Eliane Brum, El País Brasil

Otávio das Chagas tornou-se um não ser. A hidrelétrica de Belo Monte o reduziu a um pescador sem rio, um pescador que não pesca, um pescador sem remos e sem canoa. A ilha do amazônico Xingu, no Pará, onde cresceu, amou Maria e teve nove filhos não existe mais. Entre ele e o peixe não há mais nada.

Ele manda trazer uma boroca (bolsa) onde guarda os papéis. Está numa casa na cidade de Altamira pagando aluguel, a família ao redor dele, estranhando-se na paisagem. Otávio espera que os papéis possam salvá-lo, comprovar que viveu, atestar que pescava, dar conta dos surubins, dos matrinxãs, dos tucunarés e dos curimatãs que o rio lhe deu para encher a barriga de seus meninos. Comprovar até que tinha uma casa de palha onde a mulher atava as redes embaixo de pés de jaca. Otávio não sabe o que os papéis contam dele. Mas espera que digam algo de bom, algo que devolva a ele um sentido, desfaça a contradição e, por fim, retornem-no a si mesmo.

CONT.



- Não tenho leitura – ele avisa, oferecendo a mim os hieróglifos que dizem dele para que eu os desvende.

Há algo de violento naquilo que se escreve sobre os que não se leem em papéis, naqueles que até o nome é escrito por outros. Recuso por enquanto aquela porta. Peço ao pescador que já não pesca que se documente em seus próprios termos.

Otávio então busca marcas que não são letras. Seu pai está sepultado numa ilha que também já foi engolida pela usina, o corpo do pai jaz sob o paredão de concreto. Otávio descobre que a geografia inteira de sua vida sumiu, que seus mortos já não têm lugar. E que toda a enormidade do que perdeu foi calculada em R\$ 12 mil. Aos 61 anos, ele agora só tem memória. E as chagas do nome já não consegue curar. Francisco, 29 anos, o filho que sustenta a família em Altamira com a força bruta dos braços, interrompe. Aponta o próprio corpo para provar que existe. Ele guarda ali as marcas da ilha, uma cicatriz maior do que as outras. Na cidade está desterrado, à deriva. Mas o corpo lhe pertence, e Francisco vai se mapeando pelas cicatrizes.

- Eu tinha dois anos de idade quando peguei esse golpe lá. Minha mãe conta, porque eu não lembro. Peguei o machado e saí com ele na carreira.

As palavras de Francisco buscam um porto, uma forma de se ancorar quando ele já não reconhece o mundo. Aquele que migra, ainda que saiba que talvez não exista retorno para a terra que deixou, conta com a concretude do passado. Há um lugar, há a carne e os ossos dos que ficaram. Aqueles que perdem uma ilha, como Francisco, perdem com ela tudo o que contava deles. Desfazem-se. Resta uma memória que só se expressa pela oralidade – e a oralidade tem menos valor no Brasil dos letrados, no universo dos cartórios, em que a justiça legítima o documento escrito. É do lugar dos que não têm mais mundo que fala Francisco. E ele fala em torrente, porque é mais rio do que terra. E não é papel.

- Quando chegaram lá na ilha, o chefe da equipe mandou a gente pegar um tracajá (quelônio muito apreciado como comida), porque a gente conhecia o rio. Ficaram só com o papai, que não sabe ler, não sabe nada. A gente foi pegar o tracajá. Mas a gente não pegou nenhum, não vou mentir. Quando ele foi sair, nós chamemo: "Vem cá. Cadê a carta de crédito pra nós, que somo filho do local?" Com a carta de crédito nós comprava um lote pra morar. E eles: "Quando o dinheiro cair na conta, a carta de crédito de vocês vem junto". Então tá bom. Nós não conhece essas coisa, nós não somo dessas coisa, nós somo morador. Você bem sabe que morador da colônia não é entendido em certas coisa. Ainda mais em negócio de leitura. Aí o papai ficou lá na ilha e nós viemo no escritório da Norte Energia. A mulher puxou uma folha branca pra nós. E disse: "Assina aqui ou então o dinheiro não cai na conta do pai de vocês". Eu digo: "Pode ser o nome do papai ou o meu? Porque se for o nome do papai, eu não sei". Que a gente tem isso. O nome do papai eu não sei, eu sei só o meu nome mesmo. É a única coisa que eu sei, da minha cabeça mesmo. Comecei a assinar, ainda errei duas vez, ela mudou as folha. Falou: "Vai devagar". Assinei. Digo: "Tá bom?". Aí fui embora. Mas aquele papel era só pra 12 mil pro papai, não tinha mais nada. Eles podiam puxar um papel de leitura, podiam

CONT.

puxar um papel escrevido na minha frente. Mas leitura eu não sei ler. Faz que nem um burro. Um burro vai, tem uma placa na frente, ele chega e passa por baixo. Porque morador da colônia, morador da ilha, morador da zona rural não sabe.



Francisco luta por justiça num mundo de papéis que não consegue ler / LILO CLARETO

Francisco tem olho de rio agora. É difícil pra ele, porque acha que homem não tem lágrima fora. Francisco garante que não se desespera, e diz isso em prosa poética.

- Porque homem não desespera. Só desespera quando morre. O desespero é a derradeira morte pro homem.

E segue na sua agonia com as letras.

- Pra quem sabe leitura, é rico na leitura, tem saída pra ele. Mas uma pessoa que não sabe ler não sabe nem conversar. Não sabe. Não sabe nem pra onde correr. Porque nós não sabe nem onde é a autoridade, onde caçar as autoridade, nem nada. O pobre é conformado.

Francisco não parece conformado.

- O papai não pode trabalhar mais, que nem ocês tão vendo, então eu trabalho, o meu irmão trabalha. Eu trabalho de 10 real a diária. Você vê o preço da diária daqui. Eu trabalho de ajudante ali no concreto do bloco que tem aqui. A senhora entende o que é o concreto do bloco?

CONT.

Eu não entendo.

- É fazer bloco. Fazer bloco lotado com cimento. É o serviço mais pesado que tem dentro da cidade, enchendo de areia, um dia todinho jogando numa betoneira. Porque gente pobre não tem outro serviço. Passei fome enquanto não achava esse trabalho. Cheguei a passar um dia e uma noite sem nada, sem um prato. Sabe como é maldade? Pra mim é maldade. Nós tudo com fome. Sem nada. Porque lá todo dia nós dormia de barriga cheia. Todo dia nós almoçava, jantava, merendava. Nós tinha a nossa brincadeira, a nossa alegria. Fumo expulso de lá e no dia em que eu não arrumo nada pra comprar janta aqui, passamo fome. Agora eu trabalho junto com os outro, fazendo bico, sabe como é bico? Não tenho meu serviço fixo. Eu trabalho pra um, desmanchando casa, trabalho pra outro, assim. Até que enfim agora a diária tá 50. Eu e meu irmão, o Zé, a gente trabalha assim.

Francisco pergunta.

- Nós vamo ser expulso que nem uns bicho bruto no meio do mundo? Nós não somo que nem cachorro, somo filho de gente. E nós nascemo e se criemo, tudo filho do lugar. O que fizeram com nós foi assim... Eu não posso nem lhe dizer, porque eu não entendo desse negócio. Eu não entendo. Isso aí foi assim: eu pego um saco de bagulho e boto fora. Foi o que fizeram com nós. Eu não tenho nem o que dizer. Sou um homem sem voz.



A família, que tinha uma vida sustentável na ilha, foi jogada numa vida de miséria na periferia da cidade.  
LILO CLARETOA

A família está reunida na parte da frente da casa alugada num dos bairros mais violentos da periferia de Altamira. No "baixão", como se diz ali, onde eles temem sair. Eles, para quem uma casa era o dentro e também o fora, era um lugar inteiro, agora têm medo do fora. Contam que pagam 500 reais de aluguel, mas que não têm conseguido inteirar o valor. Otávio, o pescador que não pesca, deu a canoa e o motor para o dono da casa. A maior parte dos 12 mil que receberam da empresa foi gasta com uma doença no coração de uma das meninas, que levaram para ser salva em Teresina, "com Deus e os doutor". Não há cadeira para todos. Então, o lugar sentado é para o pai, que "sofre da próstata", e para o filho, que sustenta a família. A mãe, Maria, fica em pé. A tarde já avança, mas eles ainda não almoçaram. No fogão, um pouco de feijão chia na panela de pressão. Só feijão, comprado fiado. Maria chora. Um choro bem quieto, de quem tem pudor de se mostrar, encostada na porta, querendo sumir.

CONT.

- Minhas criança não passava fome lá. Eu toda vida gostei de planta, de criação. Aqui não tenho terrinha pra trabalhar. A gente anda com fome, porque não tem onde plantar. E os filho pede comida pra mãe, não pro pai. A pequena diz: "Mamãe, quero comer. Mamãe, quero comer". Eu não tenho de onde tirar. Quando a gente come bem, assim, a gente dorme de noite. Mas, se a gente não come nada, não dorme.



Maria explica que quando não tem comida nem as crianças conseguem dormir. / LILO CLARETO

Quem olha para as casas dos ribeirinhos, com os conceitos do seu próprio umbigo, pode não compreender o que é uma casa para quem vive no mato, à beira de um rio, ou numa ilha, onde a comida está por toda parte, e só o que se precisa é um teto de palha pra dia de chuva e uns palanques pra atar a rede. Para alguns, isso é pobreza. Só pobreza. Mas corre o risco de a pobreza estar mais no jeito de olhar para o outro, o que pode revelar um outro tipo de analfabetismo. Para Maria, a casa dela era a casa dela. A dimensão de uma casa só a pessoa que vive nela saber dizer.

- Eu varria o quintal todinho. Atava a rede pros menino embaixo de uns pé de jaca. Ou ia pescar. A gente saiu e derrubaram a casa todinha. Eu chorei.

E continua a chorar quando conta.

CONT.



Davi, o que sabe ler. / LILO CLARETO

Entre todos, só Davi conhece bem as letras. É um menino quieto, de olhos grandes. Ele gosta de estudar, tem capricho no caderno que mostra, folha por folha.

- Eu não choro quando não tem comida na volta da escola. Eu fico só triste.

Davi tem 12 anos. As letras que só ele decifra são pesadas demais para um corpo tão franzino.

-----

São tempos de eufemismos. E eles estão por todos os lados. Em Altamira, a palavra do momento é "remoção". Belo Monte, uma das maiores e mais controversas obras do Brasil atual, "removeu" e ainda "removerá" milhares de pessoas de suas terras e de suas casas sem que o governo federal tenha garantido à população o seu direito à assistência jurídica. Como Otávio das Chagas, muitos não sabem sequer ler. Cada cidadão brasileiro conhece o quanto o caminho da justiça é espinhoso. Mesmo quem empilha títulos acadêmicos, com frequência se descobre analfabeto para a linguagem jurídica. Pode então imaginar o que significa esse processo para pescadores e agricultores, assim como para moradores urbanos, que estavam ou ainda estão no caminho de uma obra com custo previsto de R\$ 28,9 bilhões e no caminho de todos os poderosos interesses que uma soma desse porte movimentaria. Homens e mulheres desamparados diante das demandas da Norte Energia (Nesa), sozinhos com a ampla equipe de

CONT.



advogados a serviço da concessionária, que se expressam com as palavras do seu mundo e por documentos que muitos não são capazes de ler. Não é preciso ser doutor para perceber a violência e a violação de direitos.

Essa situação é o retrato da relação dos governos Lula-Dilma Rousseff com a Norte Energia e o conjunto de empreiteiras que constrói Belo Monte, uma história que ainda está por ser contada em toda a sua inteireza. (leia aqui e aqui). Até um ano atrás ainda havia uma defensora pública do estado do Pará atuando em Altamira. Mas ela deixou a cidade e não foi substituída. Não há nem nunca houve uma sede da Defensoria Pública da União em Altamira, apesar de todos os problemas e necessidades previstas pela construção de uma obra com um impacto tão monumental sobre o meio ambiente e sobre vidas humanas.

Em novembro, a Procuradoria da República promoveu uma audiência pública para ouvir a população atingida. A Defensoria Pública da União enviou um representante, Francisco de Assis Nascimento Nóbrega. Os relatos foram tão aterradores que Nóbrega comprometeu-se a levar uma força-tarefa para a cidade. Em 19 de janeiro, seis defensores públicos federais e quatro servidores começaram a atuar em Altamira, em condições precárias, num prédio emprestado, sem acesso à internet e com um telefone que não faz chamadas para celulares. A cada duas semanas, a equipe é substituída, e os recém chegados precisam compreender uma situação muito complexa num curto espaço de tempo, para então serem substituídos mais uma vez, já que ao sair das cidades de origem deixaram por lá também um vazio. Só nas primeiras duas semanas, foram procurados por 400 famílias. A defensoria itinerante dura apenas até o final de abril. E então novamente a população ficará desamparada.

A seguir, o relato do defensor público federal Francisco Nóbrega, o primeiro a desembarcar na cidade, chefe do Grupo de Trabalho Indígena da Defensoria Pública da União e um dos coordenadores da força-tarefa de Altamira.

#### 1) O espanto

“O governo federal é o verdadeiro responsável pelas injustiças observadas em Belo Monte”

“Posso afirmar que nunca tinha visto nada parecido, mesmo já sendo defensor público há quase 9 anos. Difícil de assimilar e de reproduzir o que acontece por lá, mas ousarei tentar. O governo federal é o verdadeiro responsável pelas injustiças observadas em Belo Monte. Não há clareza quanto aos papéis de cada sujeito: o governo é ao mesmo tempo contratante e principal interessado na obra; é importante acionista da empresa ganhadora da licitação, mas também comanda o órgão licenciador, Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), assim como detém o poder de punir/fiscalizar a empresa quanto ao cumprimento das normas e condicionantes por ele próprio fixadas. Tanto o Ibama quanto a Funai (Fundação Nacional do Índio) não atuam com independência técnica. Seus pareceres não têm refletido nas decisões políticas tomadas e, neste cenário, o Poder Judiciário também foi engolido pelo jogo político. Lamentavelmente, percebe-se, em especial na questão do reassentamento das famílias forçadamente removidas de suas casas, a total e completa ausência do Estado, com exceção do Ministério Público Federal. A liberdade dada ao

CONT.



empreendedor para interpretar o PBA (Plano Básico Ambiental) e para decidir quais famílias receberão casa, indenização, carta de crédito ou aluguel social, por exemplo, revela a transferência para a empresa da responsabilidade pela garantia do direito à moradia. O governo está distante do processo, seu único interesse é o cumprimento rápido dessa condicionante, é evitar o atraso no ligamento das turbinas, postura reforçada com as crises hídrica e de energia.”

## 2) A ausência

“A inexistência de uma sede permanente da DPU (Defensoria Pública da União) no município é reflexo do histórico desinteresse do governo em interiorizar e pulverizar a instituição. Lamentavelmente, não existe sede fixa da DPU em mais de 70% das cidades em que há seção judiciária da Justiça Federal. No país inteiro, existem pouco mais de 500 defensores públicos federais, enquanto o contingente de advogados do governo – aqui contabilizados os procuradores federais, os procuradores da Fazenda e os advogados da União – chega perto dos nove mil. A mesma absurda desproporção ocorre com relação ao número de juízes e de procuradores da República. Somos poucos defensores federais, com diminuto orçamento e sem estrutura de trabalho. Estamos precariamente instalados em Altamira, ocupando o prédio da Defensoria Pública do Estado, e lá não contamos com acesso à internet e o telefone não origina chamadas para celular. A procura por atendimento tem sido imensa e tem gerado filas assustadoras. Estamos fazendo o possível, com vontade e determinação, mas nossos braços são curtos. Atualmente, sequer há juiz na cidade. O juiz federal de lá foi removido para Belém e só vai para Altamira uma semana por mês, quando faz um ‘mutirão de audiências’.”

## 3) A obra

“É desafiador colocar em palavras as impressões e os sentimentos experimentados nessa imersão em Altamira. O trecho bloqueado do rio tem 7 quilômetros de extensão: 7 quilômetros de brita, pedregulhos, barro e desumanidade. Faltam apenas mais algumas centenas de metros para o Xingu ser completamente impedido de seguir seu curso. Ao passar na van por cima do barramento do rio, a funcionária do Consórcio Construtor de Belo Monte disse: ‘Não é lindo e grandioso o que está sendo feito aqui? Olha o tamanho dessa casa de turbina!’. Eu só conseguia enxergar o contraste cruel entre o rio de um lado, vivo, caudaloso, imponente, e o rio que sobrou no lado oposto: morto, parado, com aspecto de pântano. Aquela imagem jamais sairá da minha memória. Aquela dor vai me assombrar ainda por muito tempo. Tento, mas não sei explicar direito o que senti ali, entre os ‘dois rios’: talvez um sentimento de culpa, de vergonha, um pesar profundo pela brutalidade da interferência na natureza. Belo Monte é um pesadelo, infelizmente bem real para os atingidos que perderão suas casas, para os pescadores, índios e ribeirinhos que perderão seus peixes e para tantas e tantas pessoas que perderão seu modo de vida.”

CONT.



#### 4) A decepção

“Minha grande tristeza e decepção (e aqui falo como ex-militante do PT) é com o (inexistente) papel do governo. Após esses dias todos em Altamira, aprendi a não demonizar a Norte Energia. É a União, contratante da obra, que permite os excessos, que se omite em assumir suas responsabilidades enquanto poder público, enquanto principal causador dessa violência atroz que é a construção dessa usina. Num mundo ideal, em que um partido de esquerda mantivesse erguida alguma bandeira minimamente popular, o processo de reassentamento urbano seria acompanhado de perto pelo governo, com os casos de recusa, das pessoas que não aceitaram a proposta ofertada pela empresa, sendo submetidos ao poder público para resolução. Essa falta de sensibilidade para o que está acontecendo com a população removida compulsoriamente em Altamira beira o inacreditável.”

-----

Otávio das Chagas, o pescador arrancado do rio, é um dos casos atendidos pela Defensoria Pública da União. Francisco Nóbrega negocia junto à Norte Energia uma casa nos chamados “Reassentamentos Urbanos Coletivos”, os bairros construídos pela empresa para acomodar parte das famílias expulsas de suas terras e lotes. Ainda não houve acordo. Para o defensor, o caso do pescador revela o abismo entre os mundos.

– O senhor Otávio e seus nove filhos viveram a vida toda na Ilha da Maria, uma das 400 ilhas do Xingu, assim como os seus ascendentes. Ele explicou que, por conta do barramento do rio, a água subiu mais, destruindo a casa dele. Ele a reconstruiu, mas, no ano seguinte, a enchente também destruiu a casa dele. Ele então passou a construir uma casa mais simples, de palha e madeira. Nunca as alegações do senhor Otávio foram sequer reduzidas a termo pela empresa. Dentre outras coisas, alegaram que “no local sequer havia fogão”, o que comprovaria que ele ali não residia. Se tivesse um fogão, provavelmente exigiriam uma geladeira ou uma máquina de lavar para considerar a construção uma moradia. O fato de ele e sua família se ausentarem da ilha regularmente sempre que o rio subia, mas não no nível que passou a subir após o início do barramento, foi o suficiente para descaracterizar a residência. E, para piorar, ele ainda foi cadastrado por engano como proprietário de um terreno rural às margens de uma estrada, onde era caseiro parte do ano. Esse caso sintetiza a total falta de compreensão quanto às particularidades do modo de vida dos habitantes das ilhas do Xingu. Quando os técnicos da empresa estiveram lá para elaborar o laudo/perícia, o senhor Otávio ainda montava a estrutura simplificada que utilizava para dormir, já que desistira de reconstruir a casa, seguidamente levada pelo rio. Para eles, residir é morar no local todos os 365 dias do ano. Para eles, casa significa um local com paredes de concreto ou alvenaria, jamais de palha, e “pelo menos um fogão”. Para eles, um pescador com mais de 60 anos e semianalfabeto pode se reinserir no mercado de trabalho ou sobreviver com uma indenização de doze mil reais ou um aluguel social de 800 reais mensais por apenas um ano. Quando eu falo “eles” aqui, estou falando menos do empreendedor e mais do governo, verdadeiro responsável pelas injustiças observadas em Belo Monte.

-----

CONT.



A Norte Energia não respondeu ao pedido de informações sobre o caso de Otávio das Chagas e as “remoções” de Belo Monte, enviado à sua assessoria de imprensa por esta coluna. Em 11 de fevereiro, a empresa pediu ao Ibama licença para operar a usina, apesar de não ter concluído a totalidade das condicionantes. Passou a semana passada com cerca de 100 índios, de sete diferentes etnias, bloqueando a estrada que dá acesso a um dos canteiros da obra em protesto por compromissos não cumpridos. É mais um capítulo de uma das maiores obras da democracia, que lembra cada vez mais a ditadura.

Nessa saga de gigantismos, a de Otávio, o pescador que se perdeu dos peixes, pode ser vista como apenas uma pequena história. O sacrifício do outro é sempre possível, porque é do outro. Que ele tinha uma vida sustentável na ilha agora afogada do Xingu e foi entregue à fome na periferia cada vez mais convulsa de Altamira, para muitos é só um detalhe. O discurso do combate à miséria pode ter mais ou menos palavras, conforme os interesses e a ocasião. A leitura complexa da floresta e do rio de pessoas como Otávio é descartável para quem sequer reconhece a sua casa como uma casa. Para quem possui todas as letras, ele é só mais um analfabeto, já que não percebem que, na floresta, quem pode ler é Otávio e os analfabetos mudam de lugar.

Enquanto Belo Monte se recorta na paisagem como um monumento – ao quê, a História ainda vai dizer –, o pescador exilado do rio é só um homem que vai virando deserto à margem de si mesmo.

A pergunta é: para o Brasil de hoje, qual é o tamanho de uma vida humana?

Foto destaque: Otávio e Maria, dois exilados do Xingu. /LILO CLARETO.